

O primeiro turno de 2026 em debate: as teses dos especialistas e as evidências da IPSE Global

Sistematização das explicações de analistas, pesquisadores e comentaristas de diversas instituições sobre o resultado da eleição, confrontadas com as teses e evidências empíricas de pesquisa qualitativa e de mídias sociais da IPSE Global

47,03%

FLÁVIO BOLSONARO · PL

×

45,16%

LULA · PT

10 teses

seis descritivas e quatro interpretativas

120 textos

de análise e opinião, e duas dezenas de programas em vídeo

519 pessoas

ouvidas em 46 grupos de discussão nas cinco regiões

14,95 milhões

de interações em mídias sociais relidas pela Orikom

O que é este documento. Este documento sistematiza as teses de analistas, pesquisadores e comentaristas de diversas instituições sobre o resultado do primeiro turno das eleições de 2026, veiculadas na imprensa, em canais de debate e em podcasts, e as discute, uma a uma, à luz das teses da própria IPSE e de suas evidências empíricas, que provêm de pesquisa qualitativa e do acompanhamento de mídias sociais pela plataforma Orikom. São, portanto, três materiais postos em confronto: o que dizem os especialistas das demais instituições, o que a IPSE sustenta e o que os dados mostram. O objeto é a eleição presidencial de 4 de outubro de 2026, na qual Flávio Bolsonaro (PL) obteve 47,03% dos votos válidos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 45,16%. Seu propósito é explicar o resultado, e não defendê-lo nem lamentá-lo. Adota, para isso, uma posição de neutralidade analítica: dirige a cada campo político as críticas que a evidência sustenta e declara, em cada passo, o que está demonstrado e o que permanece como hipótese. Destina-se a leitores que precisam compreender o que ocorreu e o que está em jogo até o segundo turno, em 25 de outubro, e não pressupõe familiaridade com os métodos da instituição.

O que o documento faz. O estudo reúne e confronta dois conjuntos de material. O primeiro é a evidência própria da IPSE: as medições da Orikom, sua plataforma de acompanhamento do debate público em redes sociais, imprensa e anúncios políticos, referentes às 24 horas seguintes à votação, e o estudo qualitativo nacional conduzido com o LabDES/UNIRIO no fim de 2025, que ouviu 519 pessoas em 46 grupos de discussão. O segundo é o conjunto das explicações em circulação: cerca de 120 textos de análise e opinião da imprensa, duas dezenas de programas de debate e entrevistas em vídeo, de diferentes orientações políticas, e três análises quantitativas do resultado eleitoral. A partir desse confronto, o documento formula dez teses. Seis são descritivas e dizem como o resultado foi interpretado no debate público. Quatro são interpretativas e procuram explicar por que o debate assumiu essa forma, com apoio na pesquisa qualitativa e em conceitos da psicanálise. Onze seções temáticas examinam, em seguida, cada explicação corrente, expondo o que dizem os analistas, o que os dados mostram e qual é a posição da IPSE.

A conclusão. A análise do debate público nas 24 horas seguintes indica que o resultado foi interpretado sobretudo como afirmação de pertencimento a um dos dois campos políticos e como troca de acusações entre eles, e muito pouco como avaliação do que os governos fizeram. O resultado do primeiro turno não se explica por desmobilização, por esquecimento do eleitor ou por manipulação das redes. A abstenção ficou estável em relação a 2022; o que ocorreu foi transferência de votos, mais intensa nos pequenos municípios e nas economias agrícolas e mais volumosa no Sudeste e no Sul. A liderança de Flávio Bolsonaro consolidou-se na última semana, quando o eleitorado de direita abandonou os demais candidatos para derrotar o PT.

A explicação de fundo proposta pela IPSE é a seguinte. Parte expressiva da população está insatisfeita com um modelo econômico que tornou a vida mais cara e o trabalho mais instável, e deixou de confiar nas instituições que o administram. O PT, que no governo optou por conter os efeitos desse modelo e negociar avanços graduais, passou a ser identificado com a conservação do sistema, e é responsabilizado pelo que não pôde ou não quis mudar. O bolsonarismo ocupou o lugar da contestação e recebeu um crédito de confiança que não depende de programa, embora sua oposição se dirija à parte do sistema que ainda protege o trabalhador. O discurso do campo governista agravou essa posição: explicou a derrota por características do eleitor, apoiou-se no medo do retrocesso, quase não apresentou o que o governo fez e,

quando o fez, pediu gratidão a pessoas que desejam ser reconhecidas como autoras da própria melhora de vida. A queixa material, que as pessoas comuns apontam como razão do resultado, não foi assumida como proposta por nenhum dos dois campos.

O segundo turno permanece em aberto. Na média do país, a diferença é de quatro a cinco votos por seção eleitoral, e será decidida por três grupos: os eleitores que votaram em Lula em 2022 e mudaram de voto, os cerca de 9 milhões que escolheram candidatos eliminados e os idosos de voto facultativo. As teses interpretativas devem ser lidas como hipóteses fundamentadas, a verificar com pesquisa direta junto ao eleitorado.

INFOGRÁFICO 1 DE 12

O argumento do estudo em uma página

O que não explica o resultado, o que aconteceu e a explicação proposta pela IPSE

Não foi

O que não explica o resultado

Abstenção estável: 21,08% × 20,95%
Memória curta: o passado quase não foi usado como argumento Robôs: menos de 0,5% dos autores

Transferência

O que aconteceu

Lula: 3,4 milhões de votos a menos
Direita: 5 milhões a mais Voto útil de direita na reta final: Flávio de 40% para 47%

Sistema

A explicação da IPSE

Insatisfação com o modelo e com as instituições. O PT é visto como conservação; o bolsonarismo, como contestação.

Síntese da IPSE Global a partir dos dados da Orikom, do TSE e das análises de Marco Faganello, Felipe Nunes e Filipe Boni. Os infográficos numerados de 1 a 12 podem ser lidos em sequência, independentemente do texto.

SOBRE ESTE DOCUMENTO: QUEM PRODUZ, O QUE SE MEDE E COMO LER

Este documento foi elaborado pela IPSE Global com base nos dados da Orikom, sua plataforma de inteligência social. A Orikom acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em três circuitos: as redes sociais (Instagram, TikTok, X e YouTube), a imprensa (cerca de 900 veículos com cobertura recorrente) e os anúncios políticos declarados à Meta. A coleta é contínua e combina o acompanhamento de perfis, entre eles os de todos os candidatos de 2026 registrados no Tribunal Superior Eleitoral, com a busca por palavras-chave organizadas em temas.

Cada publicação coletada é lida por um conjunto de modelos de análise do discurso, que registram, entre outras coisas, de que lado o texto se coloca, que emoções expressa, que valores invoca e que papel atribui a quem cita. Esses modelos descrevem o que os textos dizem. Não medem a opinião do eleitor, e essa distinção orienta toda a leitura que se segue.

De onde vêm os números deste documento

Os dados próprios provêm de duas medições complementares, ambas referentes ao período que vai do fim da votação, às 17h de 4 de outubro de 2026, à tarde de 5 de outubro.

1. **O painel do primeiro turno.** Reúne 73 gráficos construídos sobre as publicações que tratam do resultado das urnas, classificadas pelos modelos da plataforma. É a fonte dos indicadores de emoção, moral, papéis e imagem dos atores citados adiante.

2. A releitura por perguntas fechadas. As 4.889 publicações de maior alcance sobre o resultado foram relidas, uma a uma, com um questionário fixo: de que lado o texto fala; que explicação oferece para o resultado; que episódio do governo de 2019 a 2022 recorda; o que diz sobre mudança; quem aponta como o sistema; que realização de governo cita; que valores invoca. Essa releitura foi necessária porque os modelos gerais da plataforma não registram a explicação que cada texto dá a um fato.

Salvo indicação em contrário, os percentuais são ponderados por interações, isto é, pela soma de curtidas, comentários e compartilhamentos que cada publicação recebeu. Uma publicação muito compartilhada pesa mais que uma publicação ignorada, porque o que se quer medir é o que efetivamente circulou. A releitura cobre 14,95 milhões de interações.

A essas duas medições do debate público soma-se uma terceira fonte, de natureza distinta: o estudo qualitativo nacional Percepções sobre a agenda democrática nacional, realizado pela IPSE Global em parceria com o Laboratório de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (LabDES/UNIRIO) e publicado em maio de 2026. O estudo ouviu 519 pessoas das cinco regiões do país, em capitais e cidades do interior, distribuídas em 46 grupos de discussão conduzidos por aplicativo de mensagens, com moderação diária durante cinco semanas, entre 14 de novembro e 20 de dezembro de 2025. Os grupos reuniram pessoas de diferentes faixas de renda, escolaridade, idade, cor, religião e voto em 2022. Enquanto as medições da Orikom registram o que circulou publicamente depois da votação, o estudo qualitativo registra como eleitores comuns raciocinavam sobre a política dez meses antes dela. Ele não tem finalidade estatística e não estima proporções; sua função, neste documento, é fundamentar as teses interpretativas.

INFOGRÁFICO 2 DE 12

De onde vem a evidência

Quatro conjuntos de material, confrontados entre si

73 gráficos

Painel da Orikom

Publicações sobre o resultado em redes, imprensa e anúncios, lidas por modelos de análise do discurso: emoção, moral, papéis, imagem.

14,95 milhões

Releitura por perguntas fechadas

Interações cobertas pelas publicações de maior alcance, relidas com questionário fixo: lado, explicação, memória, mudança, valores.

519 pessoas

Pesquisa qualitativa IPSE e LabDES/UNIRIO

46 grupos de discussão nas cinco regiões, em novembro e dezembro de 2025: como o eleitor raciocinava dez meses antes do voto.

120 textos

O debate público

Análises e colunas da imprensa, cerca de vinte programas de debate em vídeo e três análises quantitativas do resultado eleitoral.

Fontes do estudo: Orikom (4 e 5 de outubro de 2026), pesquisa qualitativa IPSE Global e LabDES/UNIRIO (2025) e varredura do debate público.

Termos usados neste documento

TERMO	O QUE SIGNIFICA AQUI
Interações	Soma de curtidas, comentários e compartilhamentos de uma publicação; mede a exposição que ela obteve
Campo	O lado de que o texto fala: o de Lula, do PT e da esquerda; o de Flávio Bolsonaro, do bolsonarismo e da direita; um terceiro campo, crítico de ambos; ou o relato sem lado
Contas comuns	Perfis de pessoas que não são políticos, veículos de imprensa nem influenciadores profissionais
Enquadramento	A forma como um texto organiza um assunto: o que põe em primeiro plano, a quem atribui a causa, que saída sugere
Fundações morais	Categorias da Teoria das Fundações Morais, de Jonathan Haidt, que descrevem a moral acionada por um discurso: cuidado, lealdade, autoridade, liberdade, entre outras. Cada uma tem um polo virtuoso e um polo de violação, como lealdade e traição
Papéis atribuídos (MAPAM®)	Modelo da IPSE que registra o papel que o autor de um texto confere a quem cita: vítima de um dano, agressor que o causou, protetor que deveria impedi-lo ou reparador que deve corrigi-lo
Confiança, coragem e força (CCFE®)	Modelo da IPSE que mede, numa escala de -3 a +3, a confiança, a coragem e a força que um texto atribui a um ator. Zero é neutro. A esperança surge quando os três são positivos
Valores de Schwartz	Tipologia de Shalom Schwartz para as metas que um texto apresenta como desejáveis: abertura à mudança, conservação, preocupação com os outros e promoção de si

O RESULTADO EM NÚMEROS

A diferença de 1,87 ponto é a menor em primeiro turno desde a redemocratização; o segundo turno é em 25 de outubro. Os números são do TSE, colhidos na imprensa até a tarde de 5 de outubro.

INFOGRÁFICO 3 DE 12

O que saiu das urnas em 4 de outubro de 2026

A direita saiu à frente na disputa presidencial e ampliou sua força no Congresso e nos estados

47,03% × 45,16%

Presidência

Flávio Bolsonaro (PL) à frente de Lula (PT) por 1,87 ponto. Segundo turno em 25 de outubro.

+5,0 e -3,4 mi

Em relação a 2022

Flávio teve 5,0 milhões de votos a mais que Jair Bolsonaro; Lula, 3,4 milhões a menos.

14 estados e DF

Mapa

Flávio venceu no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste; Lula, nos nove estados do Nordeste, PA, AM e AP.

121 deputados

Câmara

Bancada do PL (eram 98). O PT elegeu 70.

28 senadores

Senado

Bancada do PL. O PT terá 9; o PSD caiu de 14 para 5.

11 a 5

Governos estaduais

Dos 20 eleitos no primeiro turno, 11 apoiaram Flávio e 5 apoiaram Lula.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, números colhidos na imprensa até 5 de outubro de 2026.

Flávio Bolsonaro venceu em 14 estados e no Distrito Federal; Lula, em 12 estados

Votos válidos para presidente no primeiro turno e candidato mais votado em cada estado

Flávio Bolsonaro PL



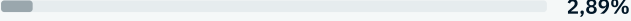
56,1 milhões de votos

Lula PT

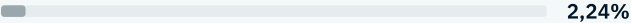


53,9 milhões de votos

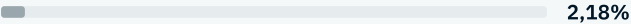
Augusto Cury Avante



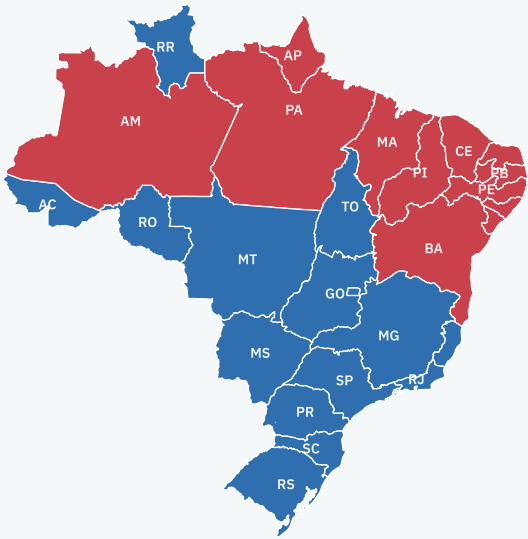
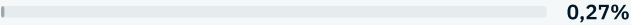
Renan Santos Missão



Ronaldo Caiado PSD



Romeu Zema Novo



■ Flávio Bolsonaro mais votado ■ Lula mais votado

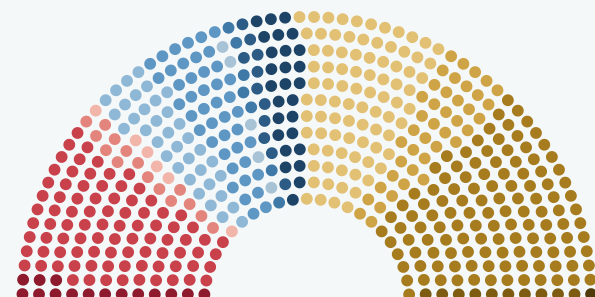
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 100% das urnas apuradas, dados de 5 de outubro de 2026. Malha dos estados: IBGE.

ESFERA	O QUE SAIU DAS URNAS
Presidência	Flávio Bolsonaro (PL) 47,03%, 56,1 milhões de votos; Lula (PT) 45,16%, 53,9 milhões; Augusto Cury 2,89%; Renan Santos 2,24%; Ronaldo Caiado 2,18%; Romeu Zema 0,27%
Em relação a 2022	Flávio teve 5,0 milhões de votos a mais que Jair Bolsonaro; Lula, 3,4 milhões a menos, o pior percentual em primeiro turno desde 1998
Mapa	Flávio venceu em 14 estados e no DF: todo o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, mais AC, RO, RR e TO. Lula venceu nos nove estados do Nordeste e em PA, AM e AP. Minas e Tocantins viraram
Maiores colégios	São Paulo 51,93% × 38,20%; Rio de Janeiro 53,01% × 39,41%; Minas Gerais 48,24% × 43,33%; Bahia 28,53% × 66,17%
Municípios mais pobres	Nos mil de menor renda, Lula caiu de 73,8% para 69,8% e perdeu participação em 954
Governos	20 eleitos no primeiro turno, recorde: 11 apoiaram Flávio, 5 apoiaram Lula. Segundo turno em AC, AM, TO, RN, ES, DF e RJ
Senado	PL elegeu 19 das 54 cadeiras e terá 28 senadores; PT terá 9; PSD caiu de 14 para 5. Dos 32 que tentaram a reeleição, 18 perderam
Câmara	PL 121 deputados (tinha 98); PT 70; União 46; PSD 43; PP 41; Republicanos 41; MDB 36
Abstenção	21,08%, mais de 33 milhões de eleitores, a maior desde 1998, mas praticamente igual à de 2022 (20,95%); brancos e nulos, 4,77%

O PL terá as maiores bancadas da Câmara e do Senado

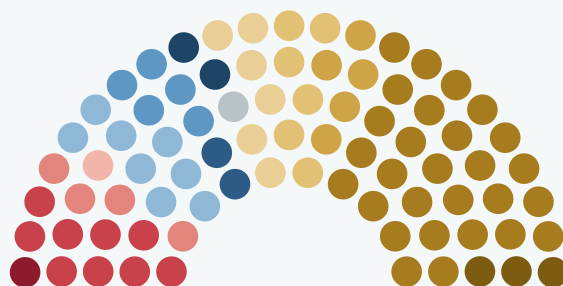
Composição eleita, com os partidos dispostos da esquerda para a direita

Câmara dos Deputados · 513 cadeiras



PSOL-Rede 15	PSDB-Cidadania 11
PT-PCdoB-PV 88	Podemos 27
PSB 15	União-PP 87
PDT 6	Republicanos 41
MDB 36	PL 121
PSD 43	Novo 10
Avante 5	Missão 1
PRD-Solidariedade 7	

Senado · 81 cadeiras



Rede 1	Podemos 2
PT 9	Sem partido 1
PSB 4	União 6
PDT 1	PP 6
MDB 8	Republicanos 5
PSD 5	PL 28
PSDB 2	Novo 3

Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal, composição eleita em 4 de outubro de 2026, segundo a imprensa. Na Câmara, as federações partidárias aparecem agrupadas. No Senado, a conta inclui os 27 senadores com mandato até 2031; um deles, eleito em 2022, deixou seu partido e aparece como sem partido (Romário, do Rio de Janeiro, segundo a imprensa). Não há candidatura sem partido no Brasil. As fontes divergem em uma cadeira entre União e Republicanos.

AS SEIS TESES DA IPSE GLOBAL

A IPSE Global apresenta seis teses sobre o primeiro turno. Cada uma é exposta em três passos: o que afirma, em termos concretos; que evidência a sustenta; e com que explicação corrente ela dialoga. As seções numeradas que vêm depois retomam cada tema em detalhe, confrontando o que dizem os analistas com o que os dados mostram.

Como o resultado foi lido: seis teses descritivas

Um número para cada tese; percentuais do debate público, ponderados por interações

49%**1. Pertencimento**

da moral acionada trata de lealdade e traição ao grupo, não de avaliar governos.

7,3%**2. Memória sem argumento**

das interações lembram o governo de 2019 a 2022; no campo de Flávio, é negado em 68,6%.

14,3%**3. Alternância, não ruptura**

do que se diz sobre mudança trata de mudar o sistema; o resto é trocar ou temer a troca.

1,3%**4. Governo ausente**

da conversa cita realizações do governo Lula atual.

21,7% × 4,8%**5. Economia sem porta-voz**

Economia como explicação: contas comuns contra o campo de Lula.

37,6%**6. A culpa é do eleitor**

das explicações do campo de Lula apontam a região; governo fraco, 5,1%.

Fonte: Orikom, painel do primeiro turno e reeleitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026.

Tese 1. O voto foi lido como pertencimento a um campo, e não como avaliação de governos

O que a tese afirma. No debate público que se seguiu à apuração, as pessoas explicaram o resultado dizendo a que lado pertencem e quem traiu ou honrou esse lado. Quase ninguém o explicou comparando o que cada governo fez. A eleição foi tratada como uma disputa entre dois grupos, e não como um julgamento de desempenho.

A evidência. A plataforma registra que tipo de argumento moral cada texto mobiliza, segundo a Teoria das Fundações Morais. No conjunto de publicações sobre o resultado, o par lealdade e traição responde por 49% de toda a moral acionada: metade dos argumentos morais trata de fidelidade ao grupo. A plataforma registra também de que natureza é o conflito expresso num texto. Em 46% dos casos ele é afetivo e identitário, isto é, hostilidade a quem é do outro lado; em 37% é ideológico, isto é, divergência sobre ideias e políticas.

Com quem dialoga. A tese converge com a coluna da Folha de S.Paulo que lê a estabilidade do voto bolsonarista em três eleições como sinal de um campo consolidado, com Felipe Nunes (Quaest), para quem o eleitor está calcificado em identidades, e com Jairo Nicolau, para quem qualquer nome de direita chegaria perto de Lula. A IPSE acrescenta uma precisão: esse campo não se sustenta numa defesa do governo de 2019 a 2022, assunto que ele próprio evita.

Tese 2. A lembrança do governo Bolsonaro circulou pouco e não funcionou como argumento

O que a tese afirma. A explicação mais ouvida no campo de Lula é que o eleitor tem memória curta: teria esquecido a pandemia, a tentativa de golpe e os escândalos da família Bolsonaro. Os dados sugerem outra leitura. Esses episódios quase não foram mobilizados no debate e, quando foram, apareceram

como acusação dirigida a quem já concordava, e não como raciocínio capaz de convencer quem estava em dúvida.

A evidência. Apenas 7,3% das interações sobre o resultado mencionam algum episódio daquele período. Dentro dessa parcela, a tentativa de golpe responde por 55,6% e a pandemia por 21,0%: o episódio com mais de 700 mil mortos pesa menos da metade do que pesa o golpe. A menção é quase toda feita em tom de acusação (81,0%). No campo de Flávio, o tema aparece em 3,3% das interações e, nelas, é negado ou relativizado em 68,6% dos casos.

Com quem dialoga. A tese contesta a ideia de memória curta. Atribuir o resultado ao esquecimento do eleitor transfere a ele um trabalho de argumentação que cabia às lideranças e que, pelo que se mediu, não foi feito.

Tese 3. A mudança que venceu significa trocar quem governa, e não transformar o sistema político

O que a tese afirma. A palavra mudança dominou a campanha, mas pode ter dois sentidos distintos. Um é a alternância: tirar do poder quem está nele. O outro é a ruptura: alterar as regras e as instituições. A tese é que venceu o primeiro sentido, no que diz respeito ao conteúdo: nenhuma transformação das regras é descrita por quem comemora. O sentimento de rebeldia contra o sistema existe e é tratado na Tese 7; o que os dados mostram é que ele não veio acompanhado de um programa de ruptura.

A evidência. Das interações que falam de mudança, 32,3% a entendem como alternância e 14,3% como mudança do sistema; a maior parcela, 43,5%, fala dela pelo avesso, como medo do retrocesso. Quando um texto diz quem representa a mudança, aponta Flávio em 56,8% dos casos e Lula em 33,7%. Quando alguém é chamado de sistema, a acusação se divide: o bolsonarismo em 49,6% e o PT em 40,9%.

Com quem dialoga. A tese confirma a leitura de eleição plebiscitária feita por Beto Vasques (Democracia em Xequê) e por Toledo (UOL), em que o eleitor responde se o governante merece continuar. E qualifica a leitura de William Waack e de Josias de Souza sobre o voto contra o sistema: essa acusação existe, mas é trocada entre os dois campos em proporções próximas.

Tese 4. As realizações do governo Lula praticamente não fizeram parte do debate

O que a tese afirma. Esperava-se que um governo em busca de reeleição fosse defendido pelo que entregou: programas, obras, medidas de renda. Não foi o que ocorreu. O assunto quase não apareceu, nem na fala de adversários, nem na de apoiadores.

A evidência. Somente 3,1% das interações sobre o resultado citam alguma realização concreta de qualquer governo. As do governo atual são menos da metade disso, cerca de 1,3% de toda a conversa. A plataforma acompanha também o enquadramento de cada texto, e um dos enquadramentos possíveis é a prova material de entrega, em que o argumento central é o que foi feito. Nas publicações que citavam Lula, esse enquadramento estava em 13,6% em setembro, caiu a 3,0% na reta final e a 0,5% depois do voto.

Com quem dialoga. Fernando Mitre e Murilo Hidalgo (Paraná Pesquisas) sustentam que benefícios como o Bolsa Família e a isenção de imposto de renda passaram a ser vistos como direito adquirido e deixaram de render voto. A tese da IPSE é anterior a essa: antes de saber se a entrega rende voto, é preciso constatar

que ela não foi sequer apresentada ao público.

Tese 5. A explicação econômica aparece entre pessoas comuns e quase desaparece entre os dois campos

O que a tese afirma. Preço, dívida e renda são explicações com forte apoio nos resultados eleitorais, como a queda de Lula nos municípios mais pobres. No debate, porém, essa explicação só tem peso entre as contas comuns. Os dois campos organizados falam de outras coisas. A queixa material existe, mas circula sem que nenhuma força política a traduza em proposta.

A evidência. Entre as contas comuns, a economia e o custo de vida estão em 21,7% das explicações do resultado. No campo de Lula, estão em 4,8%; no de Flávio, em 7,1%. Somada à percepção de governo fraco, a explicação material passa de um terço do que dizem as contas comuns e fica em torno de um décimo nos dois campos.

Com quem dialoga. A tese dá lastro aos analistas que apontam o endividamento e o custo de vida, como Antonio Lavareda, José Paulo Kupfer, Fernando Schüller e Maurício Moura. E recusa a oposição entre economia e valores, comum no debate: os dados não indicam que uma coisa substitua a outra, mas que a primeira ficou sem porta-voz.

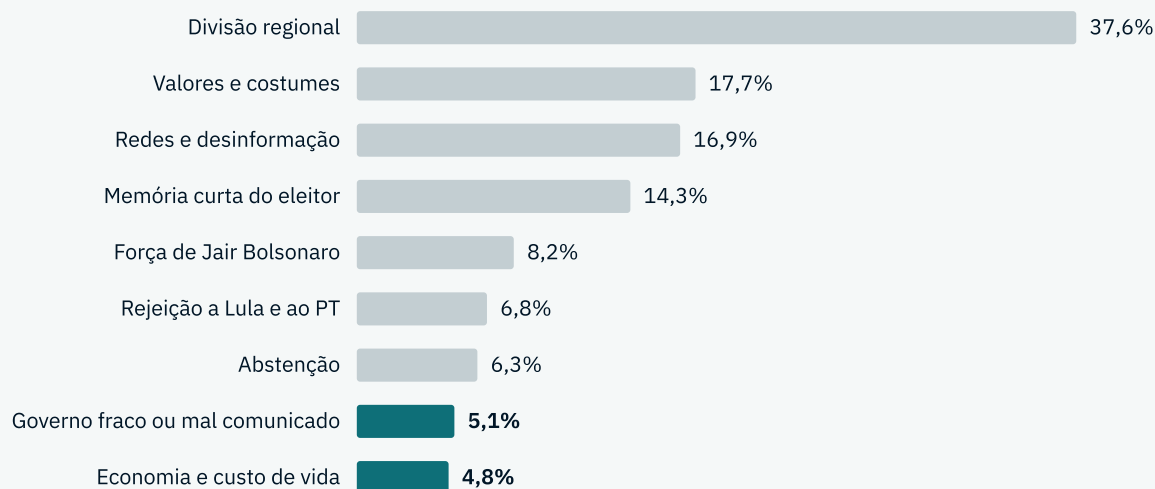
Tese 6. O campo derrotado atribuiu a derrota a características do eleitor, e não às próprias escolhas

O que a tese afirma. Quem perde uma eleição pode explicá-la olhando para dentro, para o governo e a campanha, ou para fora, para o eleitor e o ambiente. No debate medido, o campo de Lula olhou quase só para fora: a derrota se deveria à região em que o eleitor mora, aos seus costumes, à desinformação que consome ou à sua falta de memória.

A evidência. Nas explicações oferecidas por esse campo, a divisão regional aparece em 37,6%, valores e costumes em 17,7%, redes e desinformação em 16,9% e memória curta em 14,3%. A hipótese de um governo fraco ou mal comunicado aparece em 5,1%. Os percentuais podem somar mais de cem, porque um mesmo texto pode dar mais de uma explicação.

O campo de Lula explica a derrota pelo eleitor, não pelo governo

Explicações do resultado no campo de Lula, em % das interações que explicam algo



Fonte: Orikom, reeleitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026. Uma publicação pode dar mais de uma explicação.

Com quem dialoga. A tese reforça os autores que pedem autocritica à esquerda, como Reynaldo Aragon e Jacqueline Muniz, que alertam contra transformar o eleitor em réu. A crítica correspondente ao campo vencedor está na seção 10: ele explicou a vitória pela rejeição ao adversário, e não por um programa próprio.

Como ler as seis teses em conjunto

Lidas em conjunto, as teses descrevem um debate em que os governos, o anterior e o atual, estiveram ausentes como objeto de avaliação. O campo vencedor evitou o governo de 2019 a 2022. O campo derrotado não apresentou o governo em curso. O espaço foi ocupado pela identidade de grupo e pela acusação recíproca.

QUATRO TESES INTERPRETATIVAS: SISTEMA, PROGRESSO, DESEJO E AUTORIA

As seis teses anteriores descrevem o que se observou no debate público. As quatro que se seguem têm outra natureza: procuram explicar por que o debate assumiu essa forma. Elas se apoiam no conjunto das pesquisas da IPSE, incluídas as qualitativas, realizadas com grupos de discussão, e recorrem a conceitos da psicanálise como instrumento de interpretação. São, por isso, mais especulativas do que as primeiras. Em cada uma indica-se o que os dados da Orikom corroboram e o que ainda depende de verificação.

O recurso à psicanálise requer uma justificativa. As explicações correntes tratam o eleitor como alguém que calcula interesses ou que carece de informação. A psicanálise parte de outra premissa, a de que as pessoas também agem movidas por desejos de que nem sempre têm consciência, e oferece um vocabulário para descrevê-los. Três noções são usadas adiante. A pulsão de vida, na formulação de Sigmund Freud, designa a força que impele à expansão, à criação e ao vínculo; a pulsão de morte, a força

que impele à destruição, à repetição e à inércia. A castração, em sentido figurado, designa a experiência de um limite imposto ao desejo. E o desmentido designa a atitude de quem reconhece um fato e, ao mesmo tempo, age como se ele não lhe dissesse respeito.

INFOGRÁFICO 5 DE 12

Por que o debate tomou essa forma: quatro teses interpretativas

Hipóteses da IPSE, apoiadas na pesquisa qualitativa e em conceitos da psicanálise

Sistema

7. Conservação contra rebeldia

O PT passou a representar a manutenção do sistema; o bolsonarismo, a contestação, embora ataque a parte que ainda protege o trabalhador.

Progresso

8. Crédito de confiança

O voto apostou numa promessa de movimento, sem exame do método. Cada um supõe que o custo recairá sobre os outros.

Desejo

9. Proteção vivida como limite

A segurança que só garante a subsistência não abre horizonte; a promessa liberal oferece risco e a ideia de vencer.

Autoria

10. Mérito próprio, não gratidão

As pessoas querem ser reconhecidas como autoras da própria melhora; o pedido de gratidão cria dívida e ressentimento.

Teses interpretativas da IPSE Global. Indicam hipóteses fundamentadas, a verificar com pesquisa direta junto ao eleitorado.

Tese 7. O PT passou a representar a conservação do sistema, e o bolsonarismo, a rebeldia contra ele

O que a tese afirma. As pesquisas da IPSE registram, de modo recorrente, que parte expressiva da população não confia nas instituições nem no sistema político e está insatisfeita com o modo como funcionam. Durante décadas, Lula e o PT ocuparam o lugar de quem contestava essa ordem. A tese é que esse lugar foi perdido: depois de longos períodos no governo, eles passaram a representar a manutenção do sistema tal como está, acompanhada de reformas percebidas como brandas e insuficientes. O lugar da contestação foi ocupado pelo bolsonarismo, ainda que este represente interesses de elites econômicas.

O que a pesquisa qualitativa registra. O estudo de 2025 identifica uma crise de representação como pano de fundo de todas as opiniões colhidas: parcela relevante dos participantes já não acredita que os políticos atuem em nome do interesse público, e o Congresso é associado a privilégio, barganha e distância da vida real. O candidato rejeitado é descrito como aquele que encarna o cinismo do sistema e transmite a sensação de que tudo seguirá como está. A democracia, por sua vez, não é defendida como valor abstrato: para muitos participantes, ela importa na medida em que produz resultados, e perde força emocional quando as instituições são percebidas como lentas, parciais ou distantes. Essa observação ajuda a entender por que a defesa da democracia, valor mais invocado pelo campo de Lula depois do voto (52,2%), não alcança quem está fora desse campo. O estudo registra, ainda, que essas marcas negativas não pertencem a um só lado: cada eleitor as projeta sobre o candidato que rejeita.

Três precisões do mesmo estudo delimitam o alcance da tese. A vergonha da política, descrita como um sistema que opera em benefício próprio, era o sentimento de maior consenso entre os participantes, mas dirigia-se ao sistema qualquer que fosse o governante, e não ao PT em particular; os eleitores de Lula

atribuíam as dificuldades do governo sobretudo à obstrução do Congresso. A leitura de convivência aparecia com nitidez entre os eleitores de Bolsonaro, que interpretavam as falhas do Estado, em especial na segurança pública, não como incapacidade, mas como cumplicidade do governo federal e de setores do Judiciário. E a coragem de enfrentar o sistema já era, em 2025, o principal atributo transferido a Flávio por seu campo. O estudo adverte, por fim, que essa desconfiança não é hostilidade ao Estado: os mesmos participantes pedem um Estado mais forte, e a ideia de uma elite cúmplice é o que lhes permite exigir muito de instituições em que não confiam. A identificação do PT com o sistema é, assim, uma inferência da IPSE a partir desses elementos e do resultado eleitoral, e não um achado literal dos grupos.

A evidência. A desconfiança institucional predomina em 54% do material analisado. Flávio é apontado como portador da mudança em 56,8% dos casos, e Lula, em 33,7%. No campo de Lula, o que se diz sobre mudança é medo do retrocesso em 70,2% e defesa da continuidade em 15,0%: trata-se da linguagem de quem protege uma ordem existente. Uma ressalva é necessária. Quando os textos nomeiam alguém como o sistema, a acusação se divide entre o bolsonarismo (49,6%) e o PT (40,9%), o que indica que, nas redes, onde o campo de Lula produz mais interações, a imagem de rebeldia do bolsonarismo é contestada. A tese descreve, portanto, a percepção que se supõe majoritária no eleitorado, e não um consenso no debate.

O paradoxo que a tese identifica. A insatisfação de que se trata tem causa material: é a de pessoas cuja vida piorou ou deixou de melhorar sob um modelo econômico que concentra renda, encarece o custo de vida e torna o trabalho mais instável. A interpretação da IPSE é que a responsabilização por esse quadro se inverteu. O PT não se opõe frontalmente ao modelo, porque avalia que seria derrotado se o fizesse; procura conter seus efeitos e obter avanços graduais por meio de negociação com as forças que o sustentam. Para quem observa de fora, essa contenção negociada não se distingue de convivência: o partido aparece sentado à mesa com aqueles que deveria enfrentar e é punido como sócio do sistema. O bolsonarismo, por sua vez, é percebido como adversário do sistema, embora os interesses que representa sejam, em larga medida, os dos setores que mais se beneficiam do modelo. Sua oposição dirige-se a uma parte específica do sistema: as instituições, as regras e as proteções, entre elas as trabalhistas, que ainda asseguram ao trabalhador condições mínimas. O eleitor insatisfeito vota, assim, contra o sistema, e seu voto favorece a parcela do sistema que está na origem de sua insatisfação.

Leitura psicanalítica. A psicanálise denomina deslocamento o processo pelo qual um afeto se transfere de seu objeto original, inacessível ou difícil de nomear, para outro mais próximo e visível. A revolta contra um modelo econômico abstrato, sem rosto, encontra um alvo concreto em quem ocupa o governo e administra o cotidiano. Quem governa é responsabilizado pelo que não pôde ou não quis mudar, e quem promete destruir algo, ainda que seja o que resta de proteção, oferece à revolta uma via de descarga.

O paradoxo do voto contra o sistema

Encadeamento proposto pela Tese 7, em quatro passos numerados

1**Insatisfação com causa material**

A vida ficou mais cara e o trabalho, mais instável, sob um modelo econômico que concentra renda.

2**O PT contém e negocia**

No governo, evita o confronto com o modelo e busca avanços graduais com as forças que o sustentam.

3**A negociação é lida como convivência**

O partido aparece como sócio do sistema e é responsabilizado pelo que não mudou.

4**O voto de contestação muda de mãos**

Vai para o bolsonarismo, cuja oposição se dirige à parte do sistema que protege o trabalhador.

Interpretação da IPSE Global (Tese 7), em diálogo com João Paulo Charleaux e com a entrevista de José Dirceu a Breno Altman.

Com quem dialoga. A tese converge com o paradoxo apontado no programa Calma Urgente, o de um presidente que enfrenta setores poderosos e é percebido como o poder estabelecido, e com Breno Altman, para quem a aliança ampla com o centro alimentou o sentimento antissistema. Os dois interlocutores mais importantes desta tese, João Paulo Charleaux e a entrevista de José Dirceu a Breno Altman, são examinados a seguir.

O argumento de Charleaux. A formulação mais próxima desta tese no debate público é a do jornalista e analista político João Paulo Charleaux, no programa Pulso Político, do UOL, em 5 de outubro. Seu raciocínio tem duas partes. A primeira descreve um padrão internacional: onde a extrema direita cresce, a primeira vítima é a direita tradicional, que é absorvida por ela, como teria ocorrido na França, na Espanha e no Chile; a esquerda de governo, para continuar viável, desloca-se em direção ao centro, a ponto de tornar-se irreconhecível em relação a suas bandeiras históricas. A segunda parte explica por que essa esquerda perde. Ela é chamada a dar respostas para uma situação que não criou e que, por princípio, combate: a organização atual do capitalismo, marcada, depois da pandemia, por uma degradação profunda das relações de trabalho. Charleaux observa que a pauta clássica da esquerda, construída em torno do emprego industrial e da jornada regulada, diz respeito a uma parcela cada vez menor da população, enquanto cresce o número dos que fazem entregas, dirigem por aplicativo ou acumulam vários trabalhos, sem férias, sem licenças e sem contribuição previdenciária. Nesse arranjo, diz ele, o trabalhador tem mais liberdade de ação e até de obter renda imediata, mas tem menos amparo. Um governo de esquerda não consegue oferecer reformas satisfatórias para um sistema contrário à sua própria natureza; se fosse coerente, teria de propor sua superação.

A IPSE subscreve o diagnóstico e acrescenta-lhe dois elementos: a explicação de por que a negociação é lida como convivência, e a observação de que a contestação bolsonarista atinge seletivamente a parte protetiva do sistema. A tese não exime o campo governista de crítica: a opção pela contenção negociada, ainda que justificável como cálculo de sobrevivência, tem o custo político de tornar o partido indistinguível, aos olhos de muitos, daquilo que ele administra. Em um ponto os dados da IPSE divergem de Charleaux:

nos grupos de 2025, a redução da jornada e o fim da escala de seis dias por um estavam entre as reivindicações mais citadas, o que indica que a pauta do tempo de trabalho conserva alcance amplo, inclusive entre quem não tem emprego formal.

A entrevista de José Dirceu a Breno Altman. A entrevista do ex-ministro e ex-presidente do PT ao programa 20 Minutos, do canal Opera Mundi, também de 5 de outubro, é relevante sobretudo pelas perguntas. Altman formula, em sequência, as objeções que correspondem a esta tese. Pergunta se o erro da campanha foi de prioridades regionais ou de linha política. Pergunta se o governo caiu no que o ex-presidente chileno Gabriel Boric chamou de fanatismo da moderação, isto é, se o respeito à correlação de forças o aprisionou a uma política econômica que o deixou sem identidade. Lembra que foi o próprio governo que limitou, em 2024, o crescimento do salário mínimo que havia restabelecido em 2023. Pergunta por que o partido não cresce no Parlamento mesmo governando, e mostra que a esquerda recuou de cerca de 37% da Câmara, em seu melhor momento, para menos de 26%, e que o PT nunca voltou à bancada de 2002. E pergunta, por fim, se a estratégia do segundo turno deve ser um novo compromisso com o ajuste fiscal, para atrair o empresariado, ou a radicalização das propostas de mudança.

As respostas de Dirceu contêm admissões importantes. Ele reconhece que o pensamento liberal penetrou nas classes populares; que há um sentimento de mudança e um custo de estar no quinto governo; que, para uma parcela enorme dessas classes, o responsável pelo país é o PT, e não os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro; que o país formou milhões de jovens sem lhes oferecer empregos de qualidade; que a propaganda de Flávio tratou dos problemas cotidianos antes da de Lula; e que o partido demorou a assumir o tema da segurança pública e não investiu nas redes. No essencial, porém, ele recusa a premissa das perguntas. Nega que o governo pudesse ter feito mais do que fez sob as regras fiscais vigentes. Atribui o avanço liberal entre os pobres a causas externas ao partido, como a repressão judicial que o teria expulsado dos territórios, e a causas de organização, como a perda de sedes e de militantes. E propõe, para o segundo turno, que Lula lidere um pacto político e dialogue com o empresariado. Na leitura da IPSE, a resposta confirma a tese por dois caminhos. O diagnóstico de Dirceu não menciona a desconfiança da população no sistema político e nas instituições, que as pesquisas da IPSE registram como dado central. E a saída que ele propõe é mais negociação com as forças estabelecidas, justamente o comportamento que, segundo a tese, vem sendo percebido como conviência.

QUADRO DE APOIO · TESE 7

As perguntas de Altman e as respostas de Dirceu

As perguntas tocam a tese; as respostas propõem mais negociação

Perguntas

Breno Altman

O erro foi de linha política? O governo ficou sem identidade por excesso de moderação? Por que o PT não cresce no Parlamento mesmo governando?

Respostas

José Dirceu

O governo não podia ter feito mais; o avanço liberal veio da repressão e da perda de organização; a saída é um pacto com o empresariado.

Síntese da entrevista de José Dirceu a Breno Altman, programa 20 Minutos, Opera Mundi, 5 de outubro de 2026.

Tese 8. O voto foi um crédito de confiança a uma ideia de progresso, e não a aprovação de um método

O que a tese afirma. Os eleitores de Flávio não avaliaram se os meios propostos pelo bolsonarismo são adequados. Concederam um crédito de confiança a uma promessa de movimento, de que algo, enfim, sairá do lugar. O PT teria deixado de encarnar essa promessa por receio de contrariar as elites com que governa. O bolsonarismo, por representar essas elites, não tem esse receio e pode anunciar medidas drásticas. Tais medidas são aceitas mesmo por quem pode ser atingido por elas, porque cada eleitor supõe que o custo recairá sobre outros.

O que a pesquisa qualitativa registra. O estudo descreve o que denomina tentação do atalho autoritário: diante de instituições percebidas como ineficazes, cresce o desejo por alguém que mande, resolva e ponha ordem, sem que isso signifique adesão consciente a uma ruptura institucional. Registra também que a coragem atribuída a figuras vistas como mais autoritárias funciona, para parte dos participantes, como contraponto à imagem de fragilidade da política tradicional. E constata que o voto se organiza mais pela rejeição ao campo adversário do que pelo entusiasmo com o próprio candidato, de modo que cada candidatura representa menos um projeto desejado de país e mais um caminho para impedir a vitória do outro. A imagem de Flávio Bolsonaro, naquele momento, era a de um herdeiro apoiado por lealdade ao pai, capaz de despertar esperança apenas entre os já convencidos. O crédito de confiança de que trata a tese foi, portanto, concedido a uma posição, e não a uma pessoa.

Duas observações do estudo delimitam a tese. A suposição de que o custo recairá sobre outros está documentada apenas no tema da segurança pública: as operações policiais de grande impacto eram aprovadas por quem as observava de fora dos territórios atingidos, como sinal de que algo estava sendo feito, e temidas por quem vivia neles. A extensão desse mecanismo à economia e aos direitos trabalhistas é hipótese da IPSE. Além disso, o estudo identificava, dentro do próprio eleitorado de Bolsonaro, um segmento cansado do tom de conflito e aberto a uma direita de gestão, que apontava como vulnerabilidade de Flávio. Essa vulnerabilidade não se converteu em perda de votos no primeiro turno, o que constitui um resultado a explicar: a hipótese mais plausível é que, na ausência de alternativa viável à direita, a rejeição ao PT prevaleceu sobre o desconforto com o candidato.

Um resultado estadual é coerente com esse registro. Segundo a coluna Paineis, da Folha de S.Paulo, o eleitorado paulista elegeu seis egressos da Rota, tropa de elite da Polícia Militar conhecida pela atuação de linha dura e por vezes acusada de excessos, para o Senado, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa, todos com campanhas apoiadas na trajetória policial. A demanda por ordem, que o estudo de 2025 descrevia como contraponto à imagem de fragilidade da política tradicional, converteu-se em mandatos.

Leitura psicanalítica. Esse último mecanismo corresponde ao desmentido: o eleitor sabe que haverá perdas e, simultaneamente, não se inclui entre os que perderão. A fórmula clássica dessa atitude é a de quem diz saber muito bem de algo e, mesmo assim, procede como se não soubesse. Ela ajuda a compreender por que a denúncia dos riscos de um governo, por mais documentada, não altera o voto: a informação é recebida, mas não é referida a si.

A evidência. Os dados são compatíveis com a tese em três pontos. A mudança que Flávio representa não é descrita: no seu campo, ela consiste em alternância em 67,3% dos casos, sem programa associado. O enquadramento de prova material de entrega nunca passou de 2,9% nas publicações que o citam. E a lembrança dos danos do governo anterior, quando chega a esse campo, é negada em 68,6% dos casos. O que os dados não permitem verificar é o mecanismo íntimo do desmentido, que só a pesquisa qualitativa pode examinar.

Com quem dialoga. A tese aprofunda a leitura plebiscitária de Vasques e de Toledo e reformula a Tese 3: a mudança vitoriosa é alternância quanto ao conteúdo, pois nada além da troca de governo é descrito, e é rebeldia quanto ao sentimento que a anima.

Tese 9. A linguagem do PT promete proteção, e parte do país passou a sentir a proteção como limite

O que a tese afirma. O discurso petista está ancorado numa ideia de bem-estar, de desenvolvimento e de sociedade cujo centro é o emprego formal, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com carteira assinada, jornada fixa e direitos garantidos. Para uma parcela crescente da população, esse modelo deixou de ser percebido como conquista e passou a ser percebido como restrição: oferece segurança, mas fixa um teto. O liberalismo econômico associado ao bolsonarismo, com a redução do emprego formal, a contratação como pessoa jurídica e o elogio do empreendedor, oferece o oposto: risco e, com ele, a possibilidade imaginada de enriquecer, como se ela estivesse aberta a todos.

O que a pesquisa qualitativa registra. O estudo obriga a formular esta tese com cuidado, porque registra um fenômeno que denomina liberalismo paradoxal. Mesmo participantes que se declaram de direita e defendem menos Estado e menos impostos esperam, quando descrevem soluções, que o governo garanta empregos, contenha preços e ofereça serviços públicos de qualidade. As reivindicações mais frequentes incluem o emprego formal bem remunerado e a redução da jornada de trabalho, com crítica recorrente à escala de seis dias de trabalho por um de descanso. O que os participantes rejeitam não é, portanto, a proteção em si. O que relatam é uma vida em que o trabalho não se converte em bem-estar, descrita com expressões como sobreviver em vez de viver, e na qual o tempo é o recurso mais escasso. O estudo observa, além disso, que quem obteve alguma melhora material passa a queixar-se menos da falta de dinheiro e mais do tempo perdido e da impossibilidade de usufruir a vida. A tese deve ser lida à luz desses achados: o que se sente como limite não é a segurança, mas uma segurança que garante a subsistência e não abre horizonte de realização. A promessa liberal atrai por oferecer esse horizonte, ainda que as mesmas pessoas continuem a esperar do Estado a proteção que a promessa dispensaria.

Convém registrar com clareza o que o estudo não sustenta. Nos grupos de 2025, o emprego formal não aparecia como restrição, e sim como objetivo: trabalhadores autônomos e informais pediam estabilidade, acesso a crédito e proteção previdenciária, e a formalização era descrita como saída de uma insegurança crônica. O desejo de ser patrão de si mesmo e de enriquecer não foi registrado nesses termos; o empreendedorismo surgia como motivo de orgulho entre eleitores de Bolsonaro e entre participantes de renda mais alta. A parte da tese relativa à atração pelo trabalho sem vínculo formal permanece, portanto, como hipótese apoiada em analistas e em resultados eleitorais, a ser verificada em nova rodada de grupos.

Dois depoimentos colhidos depois da eleição recolocam essa hipótese em termos mais precisos. Charleaux descreve o trabalho por aplicativo como um arranjo que oferece mais liberdade e menos amparo, o que corresponde à ambivalência registrada nos grupos: deseja-se a proteção e deseja-se a autonomia. José Dirceu, na entrevista já citada, faz uma autocrítica explícita nesse ponto, ao perguntar por que o partido se colocou contra o empreendedor, e ao lembrar que foram os governos do PT que criaram o regime simplificado para microempreendedores. Ele menciona uma pesquisa com microempreendedores individuais segundo a qual 30% não desejariam o emprego regido pela legislação trabalhista e 27% o desejariam. A IPSE não teve acesso a essa pesquisa e a registra como indicação, não como dado verificado. Se confirmada, ela sugere um público dividido, e não uma rejeição geral ao emprego formal.

A interpretação de Pedro Doria, no programa Ponto de Partida, é a que mais se aproxima desta tese e da Tese 10. Para ele, a esquerda passou quatro anos convencida de ter um problema com a elite, quando os bairros mais ricos do Rio de Janeiro e de São Paulo deram a Lula mais votos que em 2022; o problema estaria no trabalhador de renda média, que descreve como alguém que não quer patrão e quer crescer na vida. Esse eleitor teria visto o governo taxar as compras de pequeno valor importadas da China, proibir as apostas on-line e tentar enquadrar na legislação trabalhista o motorista de aplicativo que não a deseja, enquanto parte da militância tratava com desprezo o pobre que vota na direita e o microempreendedor. Doria acrescenta que o Estado brasileiro está organizado para a grande empresa e que nenhum dos dois candidatos propôs mudar esse modelo, e conclui que a esquerda se tornou uma força conservadora, voltada para o passado e sem uma utopia a oferecer. A leitura contraria a de Alberto Carlos Almeida, para quem o erro foi afastar-se das elites, e reforça três pontos deste documento: o desejo de autonomia de que trata esta tese, o desejo de autoria da Tese 10 e a identificação do PT com a conservação, da Tese 7. A ressalva é a mesma já feita: os grupos de 2025 registravam, ao lado desse desejo, a demanda por emprego formal e por proteção.

QUADRO DE APOIO · TESE 9

Mais liberdade, menos amparo

Duas ofertas que as mesmas pessoas desejam ao mesmo tempo

Proteção

O que o emprego formal oferece

Jornada regulada, férias, licenças e previdência. Nos grupos de 2025, continua a ser desejado como saída da insegurança.

Horizonte

O que a promessa liberal oferece

Autonomia, renda imediata e a ideia de vencer, com menos amparo. Atrai quem sente que apenas sobrevive.

Formulação da IPSE Global (Tese 9), com a expressão de João Paulo Charleaux e os achados da pesquisa qualitativa de 2025.

Leitura psicanalítica. Em O mal-estar na civilização, Freud observa que a vida em sociedade troca uma parcela de satisfação por uma parcela de segurança, e que essa troca produz insatisfação. A gramática petista é uma gramática da segurança e, nesse sentido, pede renúncia: é vivida por muitos como castradora, isto é, como limite imposto à vontade de expandir-se. O discurso do empreendedor fala à pulsão de vida, ao prometer movimento e crescimento sem limite. O bolsonarismo comporta, ao mesmo tempo, um componente evidente de pulsão de morte, visível na destrutividade dirigida a instituições e a

adversários e na inércia diante da pandemia. Metade do país enxerga sobretudo esse componente. A outra metade enxerga sobretudo a promessa de dinamismo. As duas percepções referem-se ao mesmo objeto, e é por isso que o argumento de uma metade não alcança a outra.

A evidência. O apoio vem sobretudo dos analistas e dos resultados eleitorais: Felipe Nunes registra a migração do trabalhador por conta própria; Josias de Souza afirma que a esquerda não se dirige a quem deseja empreender; Vasques descreve o país do trabalho por aplicativo. Nos dados da Orikom, o apoio é parcial. A divisão em duas percepções do bolsonarismo está documentada: o campo de Lula fala dele em termos de ameaça e de crime, e o campo de Flávio, em termos de vontade popular. Já a linguagem explícita da prosperidade e da liberdade econômica é minoritária no debate posterior ao voto (7,2% e 9,2% dos valores invocados no campo de Flávio). A tese diz respeito a uma disposição que se manifesta mais na vida de trabalho do que no comentário político, e deve ser testada por pesquisa direta.

Tese 10. As pessoas querem ser reconhecidas como autoras da própria melhora

O que a tese afirma. O PT sustenta que, graças a seus governos, milhões de brasileiros prosperaram ao longo de quase vinte anos. A afirmação pode ser verdadeira e, ainda assim, produzir rejeição, porque as pessoas desejam sentir que melhoraram de vida por mérito próprio, e não por concessão de um governo. A diferença de formulação é sutil e decisiva. Dizer que o governo fez as pessoas prosperarem coloca-as na posição de beneficiárias. Dizer que o governo criou um ambiente em que o talento e o esforço de cada um puderam desenvolver-se mantém a contribuição da política pública e devolve às pessoas a autoria.

QUADRO DE APOIO · TESE 10

Duas formas de dizer a mesma realização

A diferença está na posição em que cada formulação coloca o eleitor

Gratidão

O governo fez você prosperar

Coloca a pessoa na posição de beneficiária e devedora. A dívida que não se pode saldar tende a virar ressentimento contra o credor.

Autoria

O governo criou as condições; você avançou

Mantém a contribuição da política pública e devolve à pessoa o mérito pela própria melhora de vida.

Formulação da IPSE Global (Tese 10).

O que a pesquisa qualitativa registra. O estudo de 2025 já apontava os dois elementos desta tese. De um lado, o sentimento predominante entre os apoiadores de Lula era descrito como gratidão histórica, expressa por participantes que atribuíam a casa própria ou a formação universitária a programas de seus governos. De outro, o estudo assinalava que a esperança associada ao presidente carecia de projeção de futuro e se limitava à defesa do passado, e registrava a objeção, vinda de um participante jovem do Nordeste, a um discurso que promete as mesmas coisas há vinte anos. O estudo recomendava transformar o passado em prova de capacidade, e não em pedido de reconhecimento. A gratidão sustenta, assim, o voto de quem já a sente, mas não se transmite a quem não viveu aquele período como beneficiário, nem a quem entende ter conquistado sozinho o que tem.

O estudo documenta também o outro polo da tese, o valor atribuído ao mérito próprio. Eleitores de Bolsonaro declaravam orgulho do povo que trabalha e do que se produz apesar do Estado; participantes evangélicos ancoravam seu orgulho no esforço individual e na família; e, entre participantes de renda média que haviam ascendido, a experiência de melhora reforçava a convicção de que o esforço pessoal é a única via legítima de mobilidade. A educação era descrita, em todos os segmentos, como o passaporte para essa ascensão. Deve-se registrar, em sentido contrário, que as realizações dos governos do PT continuavam a sustentar a adesão de sua base, sobretudo entre mulheres, nordestinos e pessoas de menor renda. A tese vale, portanto, para o eleitorado que seria preciso conquistar, e não para o que já está conquistado; e o próprio estudo notava que, mesmo no Nordeste, o reconhecimento se tornara menos automático e mais exigente.

Leitura psicanalítica. A imagem que cada um faz de si depende de se reconhecer como causa das próprias conquistas, o que a psicanálise associa ao narcisismo em sentido não pejorativo, como investimento necessário na própria imagem. Um discurso que reclama gratidão institui uma dívida, e a dívida que não se pode saldar tende a converter-se em ressentimento contra o credor. O eleitor que vota contra quem o beneficiou não age necessariamente por ingratidão: pode estar recusando a posição de devedor.

A evidência. A tese oferece uma explicação para o achado da Tese 4, o de que as realizações do governo quase não circularam e, quando circularam, não saíram do próprio campo. E dá conteúdo à observação de Mitre e Hidalgo sobre o benefício convertido em direito adquirido: o que se considera direito ou mérito próprio não gera reconhecimento a terceiros. A verificação direta depende de pesquisa qualitativa sobre o modo como as pessoas narram a própria trajetória.

O que as quatro teses têm em comum

As quatro teses convergem numa mesma proposição: a dificuldade do campo governista não estaria na quantidade de informação que oferece, mas na posição em que seu discurso coloca o eleitor, a de alguém que deve ser protegido, que deve ser grato e que deve temer. O discurso adversário coloca-o na posição de alguém que age, que arrisca e que pode vencer. Essa diferença de posição independe da veracidade do que cada lado afirma, e ajuda a entender por que a apresentação de fatos, tomada isoladamente, tem sido insuficiente.

1. POR QUE METADE DO PAÍS AINDA PREFERE O BOLSONARISMO

O campo político identificado com Jair Bolsonaro obteve 46% dos votos válidos no primeiro turno de 2018, 43% em 2022 e 47% em 2026, desta vez com outro candidato. A estabilidade ao longo de três eleições coloca a questão central desta seção: esse patamar decorre de uma adesão própria ao bolsonarismo ou da rejeição ao adversário?

O que dizem os analistas

As explicações disponíveis distribuem-se entre dois polos. No primeiro, o bolsonarismo é uma força autônoma. Uma coluna da Folha de S.Paulo interpreta a estabilidade do voto como a versão brasileira da direita radical que se consolidou nos Estados Unidos e na Europa, e distingue duas coisas que costumam ser confundidas: a identidade antipetista, que é um sentimento, e a coordenação antipetista, que é um

comportamento, pelo qual o eleitor de direita abandona sua primeira opção em favor do nome com mais chance de derrotar o PT. Beto Vasques, do instituto Democracia em Xequê, em entrevista ao canal Opera Mundi, vai na mesma direção estrutural: para ele, Lula funcionou em 2022 como barreira de contenção e, em 2026, apenas como redução de danos, diante de um país do agronegócio, evangélico e do trabalho por aplicativo com o qual a esquerda teria deixado de dialogar. No programa Calma Urgente, de orientação progressista, a leitura é de derrota cultural: ter-se-ia votado contra um campo, sua linguagem e sua estética.

No segundo polo, o voto em Flávio é sobretudo voto contra Lula. Jairo Nicolau, no Valor Econômico, observa que qualquer nome de direita se aproximava de Lula nas simulações e que Flávio venceu sem comparecer a debates. Maurício Moura (Ideia) e Yuri Sanches (AtlasIntel) descrevem um voto conformado: o eleitor não demonstra apreço por Flávio, mas concluiu que era ele quem poderia vencer.

Uma terceira leitura, presente na Gazeta do Povo e na fala de Valdemar Costa Neto, presidente do PL, sustenta que o verdadeiro vencedor é Jair Bolsonaro, e que o voto no filho expressa confiança no pai, mesmo preso.

Duas leituras completam o quadro. A coluna da Folha já citada conclui por uma síntese das duas hipóteses: o bolsonarismo seria uma força autônoma ampliada por um antipetismo que lhe dá o monopólio eleitoral da direita. O texto aponta como particularidade brasileira o desaparecimento da direita convencional da disputa presidencial, ao contrário do que ocorre em países como a Alemanha e a França, e toma como evidência o esvaziamento dos demais candidatos à medida que a eleição se concentrou em dois nomes. Em sentido crítico, o colunista Ronilso Pacheco, no UOL, contesta o próprio vocabulário do debate: para ele, falar em polarização supõe uma simetria que nunca existiu e encobre o avanço de uma força radical que se implantou nas periferias, por meio de redes religiosas e de controle comunitário, e que domina o ambiente digital.

O que os dados da Orikom mostram

Quatro medições são pertinentes à questão.

A primeira diz respeito ao tipo de argumento moral em circulação. Cada publicação é classificada segundo a fundação moral que aciona. No debate sobre o resultado, o par lealdade e traição responde por 49% de toda a moral acionada, e dentro dele o polo da lealdade aparece em 68% dos casos. Em termos simples, metade do que se disse em tom moral tratou de ser fiel ao próprio grupo.

A segunda diz respeito à natureza do conflito. A plataforma distingue a polarização afetiva e identitária, em que o que se expressa é aversão ao grupo adversário, da polarização ideológica, em que se discutem ideias, e da antipolítica, que rejeita todos os políticos. A primeira está em 46% das ocorrências, a segunda em 37% e a terceira em 2%.

O conflito é mais de identidade do que de ideias

Natureza da polarização expressa nas publicações sobre o resultado, em % das ocorrências



Fonte: Orikom, painel do primeiro turno, publicações sobre o resultado, 4 e 5 de outubro de 2026.

A terceira vem da releitura por perguntas fechadas. Quando o próprio campo de Flávio explica por que venceu, a rejeição a Lula e ao PT é a segunda explicação mais frequente (13,9%), à frente da força de Jair Bolsonaro (10,6%). O mérito pessoal de Flávio quase não é invocado.

A quarta vem do modelo CCFE, que mede a confiança, a coragem e a força atribuídas a cada ator numa escala de -3 a +3. Depois do voto, Jair Bolsonaro é o ator com pior confiança entre os principais (-0,56), e a esperança que os textos lhe atribuíam em setembro não se transfere ao filho. Registra-se ainda que os candidatos situados fora dos dois campos, que somaram menos de 8% dos votos, são tratados com hostilidade: 87,5% das interações que citam Ronaldo Caiado lhe são negativas.

Tese da IPSE

Os dados indicam que as duas explicações correntes não se excluem. Existe um campo com identidade própria, que se reconhece pela lealdade e não pelo programa, e existe uma rejeição ao PT que traz para esse campo o restante do eleitorado de direita. O resultado combina os dois movimentos.

Os dados permitem, contudo, duas correções às leituras disponíveis. Em primeiro lugar, o campo vencedor não se apoia numa avaliação positiva do governo de 2019 a 2022: como se verá na seção seguinte, ele evita o assunto. Em segundo lugar, a tese de que o vencedor é Jair Bolsonaro não encontra apoio no debate medido, em que o ex-presidente aparece desacreditado. O que parece ter sido transferido a Flávio não é o prestígio do pai, mas a posição de candidato capaz de derrotar o PT. A distinção importa para o segundo turno, porque um voto de posição é menos sensível a ataques pessoais ao candidato do que um voto de admiração.

O estudo qualitativo de 2025 havia antecipado essa configuração. Ele descrevia a disputa como eleição de trincheira, na qual a principal motivação do voto é impedir a vitória do campo adversário, e registrava o apoio a Flávio como lealdade herdada do pai, sem trajetória própria reconhecida. Registrava, ao mesmo tempo, um cansaço difundido com o conflito permanente e o desejo de uma alternativa aos dois campos, que não encontrou candidato com força suficiente. O resultado das urnas, em que os nomes de fora dos dois campos somaram menos de 8% dos votos, confirma esse desejo sem destinatário. A explicação de fundo para a preferência pelo bolsonarismo está desenvolvida nas Teses 7 e 8: ele ocupa o lugar de contestação de um sistema em que parte expressiva da população deixou de confiar.

O estudo qualifica, contudo, a ideia de um voto inteiramente determinado pelo pertencimento. O núcleo de cada campo vota por identidade, mas havia, nas margens, eleitores que avaliavam desempenho e estilo de governo: católicos de menor vínculo com a igreja, setores de renda média e eleitores de direita cansados do conflito. O pertencimento explica a estabilidade dos dois blocos; a decisão da eleição depende desses eleitores de margem.

O balanço publicado por Felipe Nunes na rede X, em 5 de outubro, fornece a medida do movimento final. Segundo a pesquisa da Quaest divulgada na véspera, a soma dos demais candidatos caiu de 14% para 7,8% na última semana, enquanto Flávio passou de 40% para 47% e Lula permaneceu estável. Nunes denomina o fenômeno voto útil de direita. O dado tem três implicações para este documento. Confirma a distinção entre identidade e coordenação antipetista: os sete pontos que deram a dianteira a Flávio vieram de eleitores que preferiam outro nome da direita e o abandonaram para derrotar o PT. Oferece a explicação para o fato, assinalado na Tese 8, de que o desconforto de parte da direita com o candidato não se converteu em perda de votos. E indica que o presidente não perdeu eleitores na reta final, o que situa sua queda em relação a 2022 num processo anterior à campanha, compatível com a análise municipal apresentada na seção 9. José Dirceu faz a mesma leitura, ao observar que os candidatos da direita não bolsonarista perderam metade de seus votos.

INFOGRÁFICO 7 DE 12

A última semana: o voto útil de direita

Intenção de voto na semana final: a direita se concentrou em um nome para derrotar o PT

14% → 7,8%

Outros candidatos

A soma dos demais nomes caiu quase pela metade.

40% → 47%

Flávio Bolsonaro

Recebeu o eleitor de direita que preferia outro nome.

Estável

Lula

Não perdeu votos na reta final: sua queda é anterior à campanha.

Fonte: pesquisa Quaest da véspera da eleição, segundo balanço de Felipe Nunes publicado em 5 de outubro de 2026.

2. A MEMÓRIA DE 2019 A 2022: POR QUE NÃO BASTOU

O governo de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, foi marcado pela gestão de uma pandemia que deixou mais de 700 mil mortos no país, por investigações sobre a família do presidente e por uma tentativa de golpe de Estado pela qual ele foi condenado e está preso. Ainda assim, seu filho obteve mais votos que o presidente em exercício. A questão desta seção é por que esse passado recente não foi decisivo.

O que dizem os analistas

A explicação mais difundida no campo de Lula é a de que o eleitor esqueceu ou perdoou. No programa Calma Urgente, um dos apresentadores recorre ao linguista George Lakoff para sustentar que o eleitor conhecia a pandemia e os ataques de 8 de janeiro e, mesmo assim, fez sua escolha, por ser pouco sensível a fatos quando eles contrariam sua visão de mundo. No mesmo programa há uma discordância relevante: outra apresentadora argumenta que milhões de eleitores simplesmente não sabem quem é Flávio Bolsonaro, porque o sobrenome dispensou o exame de sua trajetória.

Uma segunda explicação desloca o problema do eleitor para a campanha. Na CNN Brasil, a avaliação é que as acusações dirigidas ao candidato, entre elas o caso do Banco Master e o esquema de desvio de salários de assessores conhecido como rachadinha, não tiveram efeito. A jornalista Andréia Sadi afirma que a campanha de Lula subestimou e poupou o adversário, e Beto Vasques acrescenta que ela demorou a criticá-lo.

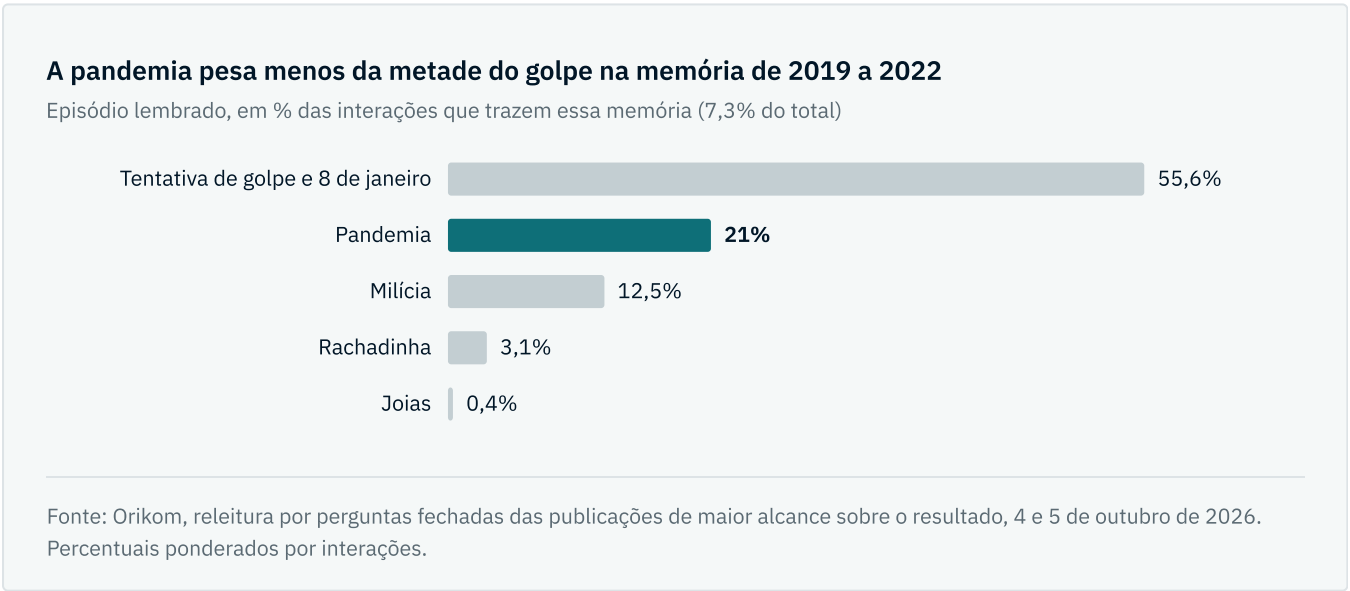
Do lado vencedor, o que se observa é silêncio. Nos quatro programas de canais de direita analisados, nenhum faz um balanço daquele governo. A pandemia aparece apenas como atenuante, na fala de Valdemar Costa Neto de que Bolsonaro teria governado de fato só dois anos. A tentativa de golpe é negada na Gazeta do Povo e omitida nos demais. Os analistas de televisão, por sua vez, tampouco discutem o período: nos seis programas de Band, CNN Brasil e g1 examinados, o tema não é tratado diretamente.

O que os dados da Orikom mostram

A releitura por perguntas fechadas verificou, em cada publicação, se algum episódio do período de 2019 a 2022 ou da família Bolsonaro era mencionado, qual, e em que tom.

O primeiro resultado é de volume. Apenas 7,3% das interações sobre o resultado trazem alguma dessas lembranças. Mais de nove décimos da conversa sobre a eleição transcorreu sem referência ao governo anterior.

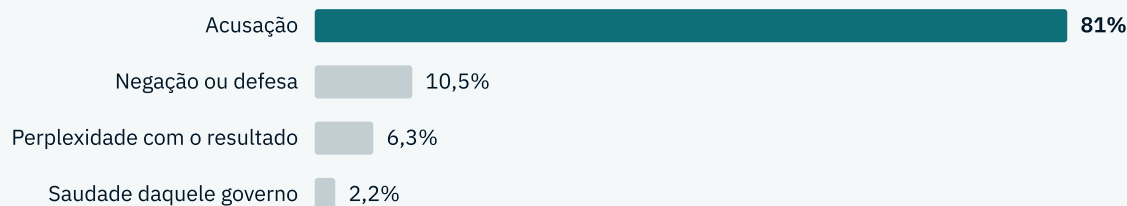
O segundo é de composição. Dentro dessa parcela, a tentativa de golpe e o 8 de janeiro respondem por 55,6% das menções; a pandemia, por 21,0%; a suspeita de vínculo com milícias, por 12,5%; a rachadinha, por 3,1%; e o caso das joias recebidas de governos estrangeiros, por 0,4%.



O terceiro é de tom. Em 81,0% dos casos a lembrança é uma acusação; em 10,5%, uma negação ou defesa; em 6,3%, uma expressão de perplexidade com o resultado; e em 2,2%, saudade daquele governo.

Quem lembra 2019 a 2022 quase sempre acusa

Tom das publicações que lembram o período, em % das interações



Fonte: Orikom, releitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026. Percentuais ponderados por interações.

O quarto é de distribuição entre os campos. No campo de Lula, 11,8% das interações trazem essa memória. No campo de Flávio, 3,3%, e nelas o episódio é negado ou relativizado em 68,6% dos casos. A lembrança circula, portanto, quase só entre quem já a compartilha.

Dois elementos adicionais vêm do acompanhamento feito em setembro. A palavra golpe já era usada pelos dois lados com sentidos opostos: para uns, designava a trama contra a democracia; para outros, a perseguição judicial ao ex-presidente. Na terceira semana daquele mês, o uso em defesa de Bolsonaro superou o uso acusatório (42% contra 38%). Além disso, o vocabulário da acusação é restrito e de natureza criminal, com termos como golpista, miliciano e presidiário. O governo como administração, isto é, o que fez ou deixou de fazer em saúde, economia ou educação, quase não é mencionado.

QUADRO DE APOIO · SEÇÃO 2

Por que a memória de 2019 a 2022 não funcionou como argumento

Três razões observadas no debate público

11,8% × 3,3%

Circuito fechado

Presença da lembrança no campo de Lula e no de Flávio: circula entre quem já a compartilha.

81%

Rótulo, não balanço

em tom de acusação: golpista, miliciano. O governo como gestão quase não é discutido.

42% × 38%

Palavra em disputa

Em setembro, golpe já era usado mais em defesa de Bolsonaro do que em acusação.

Fonte: Orikom, releitura por perguntas fechadas (4 e 5 de outubro de 2026) e série de setembro de 2026.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que a memória do período não falhou no eleitor; falhou como argumento público. Três observações fundamentam a afirmação.

Primeiro, a lembrança circulou pouco e em circuito fechado. Um argumento só persuade se chega a quem ainda não está convencido, e os dados mostram que ele permaneceu no campo que já o aceitava. Do outro lado, não encontrou réplica, e sim negação.

Segundo, a lembrança tomou a forma de rótulo, e não de balanço. Chamar um adversário de golpista afirma uma identidade; não explica a um eleitor indeciso o que aquele governo significou para a sua vida. O episódio de maior custo humano, a pandemia, é justamente o menos mobilizado entre os principais.

Terceiro, o termo central da acusação já estava em disputa antes do voto, o que reduziu sua força.

Por essas razões, a expressão memória curta parece inadequada. Ela atribui ao eleitor uma deficiência, quando o que os dados registram é a ausência de um esforço consistente de argumentação por parte de quem tinha interesse em fazê-lo. A ressalva necessária é que o material cobre o período posterior à votação, e não toda a campanha; a série de setembro, porém, aponta na mesma direção.

As teses interpretativas acrescentam duas razões para a ineficácia dessa memória. A primeira é a ausência de consenso sobre os fatos: o estudo qualitativo de 2025 já mostrava que os eleitores de Bolsonaro interpretavam o 8 de janeiro como manifestação legítima seguida de repressão excessiva, de modo que a acusação de golpe confirmava, para eles, a tese da perseguição. A segunda é o mecanismo descrito na Tese 8 como desmentido: o eleitor pode reconhecer que aquele governo causou danos e, ainda assim, não se incluir entre os que voltariam a sofrê-los. Diante dessa disposição, repetir a denúncia tem efeito limitado.

3. MUDANÇA, SISTEMA E A CONTINUIDADE SEM CONTINUÍSMO

Na noite da apuração, Flávio Bolsonaro declarou que o Brasil quer mudança e que a era do PT chegou ao fim. A palavra mudança tornou-se a chave de leitura mais repetida do resultado. Esta seção examina três questões ligadas: de que mudança se trata, quem a representa aos olhos do público e quem passou a ser identificado como o sistema, isto é, como o poder estabelecido contra o qual se vota.

O que dizem os analistas

A leitura predominante é a de uma eleição plebiscitária, na qual o eleitor responde a uma única pergunta: o governante merece continuar? Para Beto Vasques, a resposta foi negativa, e faltava apenas ao eleitor enxergar em Flávio uma mudança segura. Toledo, no UOL, fala em eleição de mudança com governo mal avaliado. Maurício Moura lembra que, no mundo, a oposição tem vencido cerca de sete em cada dez eleições recentes, e William Waack e Eduardo Grin (FGV) descrevem o resultado como fim de ciclo.

Um segundo grupo de análises trata da disputa pelo significado da palavra. Josias de Souza define o segundo turno como uma batalha em torno do termo mudança. Um comentarista da Gazeta do Povo recorda que a palavra abriu o discurso de posse de Lula em 2003 e, desde então, trocou de lado. Vasques critica a campanha do presidente por ter falado de legado e não de futuro, e propõe para o segundo turno o que chama de continuidade sem continuísmo: manter o rumo do governo e, ao mesmo tempo, oferecer novidade. Ele próprio reconhece a dificuldade da fórmula, que exigiria agradar simultaneamente a setores populares desmotivados e a setores médios com demandas opostas.

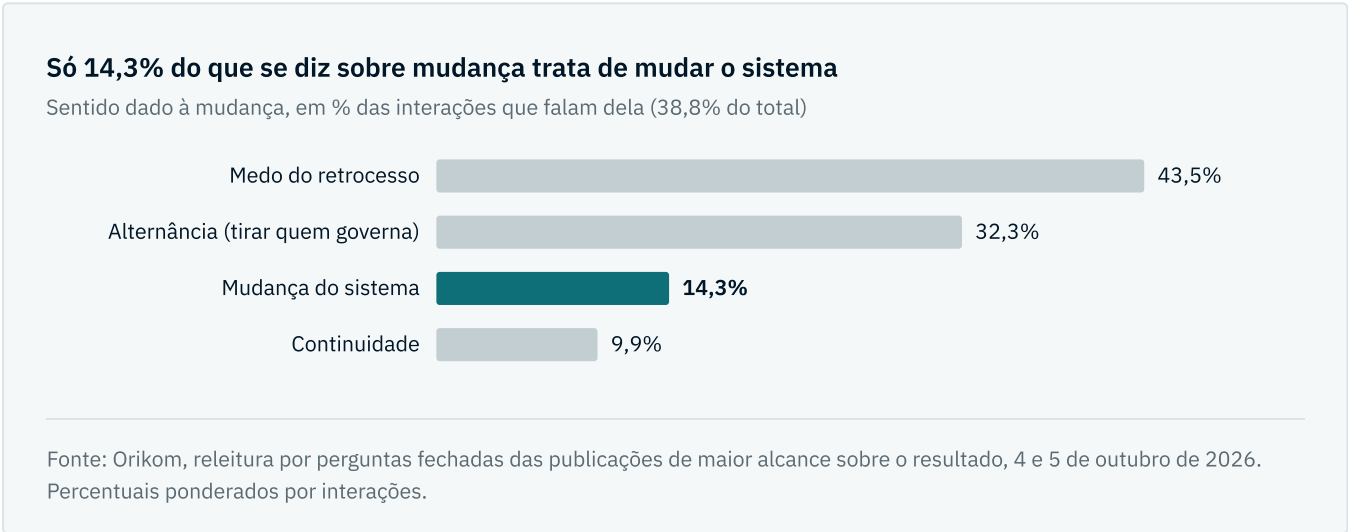
Um terceiro grupo discute quem é o sistema. No Calma Urgente, aponta-se um paradoxo: Lula teria enfrentado casas de apostas, grandes empresas de tecnologia e bilionários e, ainda assim, é percebido como o poder estabelecido, enquanto setores poderosos adotam a postura de rebeldes. Renan Santos,

candidato do partido Missão, afirma que o sistema são os dois polos somados aos partidos de centro, e que o que virá é um acordo entre eles. À esquerda do governo, Breno Altman sustenta que a aliança ampla de Lula com o centro alimentou o sentimento antissistema.

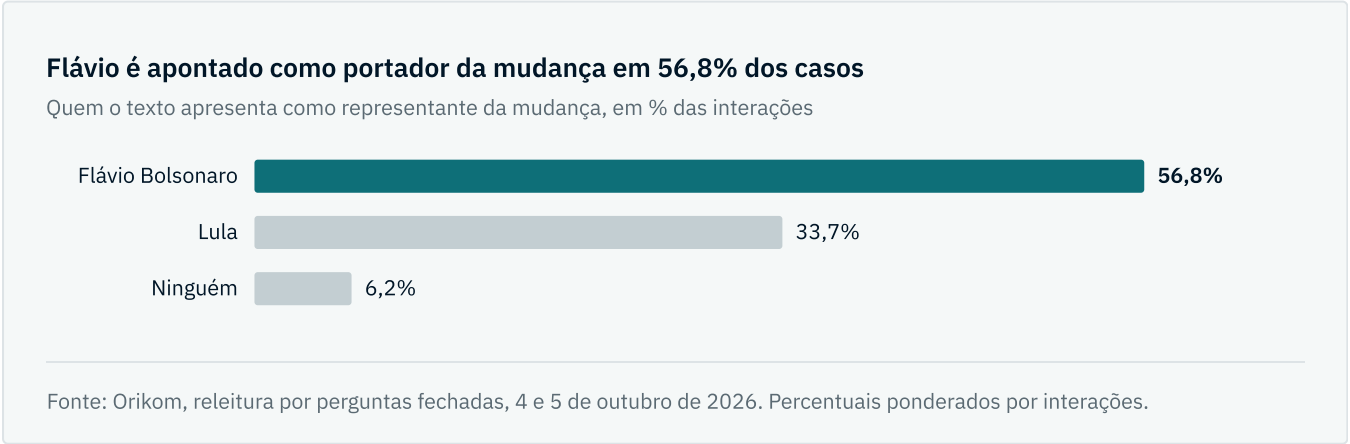
O que os dados da Orikom mostram

A reeleitura verificou, em cada publicação, se o texto falava de mudança e em que sentido. Foram previstos quatro sentidos: a alternância, que consiste em tirar do poder quem o ocupa; a mudança do sistema, que propõe alterar regras e instituições; a continuidade, que defende manter o rumo; e o medo do retrocesso, que fala da mudança como ameaça.

A mudança é assunto em 38,8% das interações sobre o resultado. Dentro delas, o medo do retrocesso responde por 43,5%; a alternância, por 32,3%; a mudança do sistema, por 14,3%; e a continuidade, por 9,9%. A distribuição por campo é nítida. No campo de Flávio, a mudança é alternância em 67,3% dos casos e mudança do sistema em 30,1%. No campo de Lula, é medo do retrocesso em 70,2% e continuidade em 15,0%.



Perguntou-se também quem o texto apresenta como portador da mudança. Flávio é apontado em 56,8% dos casos e Lula em 33,7%; em 6,2%, o texto afirma que ninguém a representa.



Quanto ao sistema, quando um texto aponta alguém como o poder estabelecido, indica o bolsonarismo em 49,6% dos casos, Lula e o PT em 40,9% e os dois em 9,4%. No terceiro campo, crítico de ambos, a resposta predominante é que o sistema são os dois (55,1%).

A acusação de ser o sistema divide-se quase ao meio

Quem é apontado como o poder estabelecido, em % das interações que nomeiam alguém



Fonte: Orikom, releitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026. Percentuais ponderados por interações.

Dois indicadores do painel completam o quadro. Na tipologia de valores de Schwartz, a orientação chamada abertura à mudança, que reúne o apreço por novidade e autonomia, é a menos presente, com pouco mais de 4%. Quem comemora o resultado mobiliza principalmente a orientação oposta, a conservação (39,5%), que reúne segurança, tradição e ordem. E, nas publicações que falam de mudança, o enquadramento dominante é o da guerra cultural, em que o conflito é apresentado como choque de costumes e identidades, com mais do dobro da exposição do enquadramento de prova material de entrega.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que a mudança vitoriosa no primeiro turno foi a alternância, e não a ruptura. Flávio Bolsonaro pôde representá-la sem precisar descrevê-la, porque, nesse sentido, mudar consiste apenas em substituir o adversário. O dado de valores reforça a interpretação: quem comemora não fala a linguagem da novidade, e sim a da conservação. Há, portanto, um aparente paradoxo, o de uma mudança de orientação conservadora, que se desfaz quando se entende que o que se quer mudar é o ocupante do governo, e não a ordem social.

Esses resultados confirmam a leitura plebiscitária de Vasques e de Toledo. E recomendam cautela com a ideia de uma onda antissistema. A acusação de ser o sistema existe, mas é trocada entre os dois campos em proporções próximas, e só é majoritária como crítica aos dois num terceiro campo que não tem candidato no segundo turno.

Por fim, os dados sugerem uma crítica à estratégia do campo de Lula. Ao responder à palavra mudança quase exclusivamente com o medo do retrocesso, esse campo aceitou que a mudança pertencia ao adversário e reservou para si o papel de quem resiste a ela.

As Teses 7 e 8 oferecem a interpretação de fundo para esses resultados. O que os dados registram como alternância sem programa é, segundo elas, um crédito de confiança concedido a quem ocupa o lugar de contestação do sistema, sem exame dos meios propostos. E o que registram como medo do retrocesso é a linguagem de um partido que passou a representar a conservação da ordem existente. A fórmula da

continuidade sem continuísmo, proposta por Vasques, enfrenta por isso uma dificuldade maior do que a de comunicação: ela pede ao eleitor que veja promessa de movimento em quem ele identifica com a permanência.

4. GOVERNO MORNO, ENTREGA E COMUNICAÇÃO

O terceiro governo Lula aprovou reformas e mantém programas sociais de grande alcance, identificáveis por nome e por número de beneficiários. A questão desta seção é por que essas realizações, que aqui se chamam entregas, não aparecem como razão de voto.

O que dizem os analistas

A explicação mais citada é a de que o benefício se converteu em direito adquirido. Fernando Mitre e Murilo Hidalgo, do instituto Paraná Pesquisas, afirmaram no programa Canal Livre, da Band, que medidas como a isenção de imposto de renda e o Bolsa Família já não produzem gratidão eleitoral, porque o beneficiário as considera garantidas, qualquer que seja o governo.

Uma segunda explicação trata do descompasso entre a agenda da campanha e a do eleitor. Na CNN Brasil e no Valor Econômico, a síntese é que a campanha do presidente falou de soberania nacional e de minerais estratégicos enquanto o adversário falava do preço dos alimentos. Daniela Lima, no UOL, resume: o tema que mobiliza o eleitor é o preço no supermercado. Toledo e Vasques acrescentam que a campanha olhou para o passado, apresentando um legado em vez de um horizonte.

Uma terceira explicação aponta para a condução política. Carlos Melo (Insper) fala em soberba e isolamento do presidente, tema também da coluna de Alberto Carlos Almeida na Folha de S.Paulo, e há relatos de atritos e de centralização no comitê de campanha. Felipe Nunes e Marcelo Godoy observam que a aliança ampla de 2022 se desfez: o vice-presidente Geraldo Alckmin teve pouca visibilidade e o eleitorado de centro não foi disputado.

O cientista político Alberto Carlos Almeida, em coluna de opinião na Folha de S.Paulo, formula a crítica mais dura ao presidente. Seu argumento é que Lula, ressentido com as elites que apoiaram o afastamento de Dilma Rousseff depois de terem sido atendidas em seu primeiro governo, abandonou a política econômica de 2003 e adotou a oposta. O texto sustenta que quem decide uma reeleição é a avaliação do governo: os presidentes reeleitos ou que fizeram o sucessor tinham mais de 38% de avaliação ótima ou boa nas pesquisas do Datafolha, e Lula chegou à eleição com 34%. Nessa leitura, o resultado não se deve à campanha, mas ao governo, e a vitória de 2022 teria decorrido menos da habilidade de Lula do que da má avaliação de seu adversário. Igor Gielow, no mesmo jornal, descreve o esgotamento dos três pilares do discurso governista: a defesa da democracia, que depois de 2023 passou a depender do Supremo; a soberania nacional, que perdeu força quando a pressão externa não se materializou como se previa; e os indicadores econômicos, positivos no agregado mas acompanhados de alto endividamento das famílias. Acrescenta que o governo negligenciou a construção de estruturas eleitorais nos estados, enquanto os partidos de direita e de centro as montaram com o controle de verbas parlamentares. Reportagem da Folha relata, ainda, disputas entre grupos responsáveis pela comunicação da campanha, atraso na distribuição de material e a decisão de não explorar as fragilidades do adversário. Thomas Traumann, em O Globo, resume: a campanha tratou da trajetória do presidente, e não de segurança, dívidas e educação.

Almeida acrescenta três elementos à crítica. O primeiro é uma regra de método: é o governo quem ganha ou perde a eleição, e à oposição basta apresentar-se como alternativa para o caso de a maioria querer mudar. Por isso, o peso das circunstâncias seria sempre maior que o das individualidades: a fragilidade atribuída a Flávio Bolsonaro como candidato não o impediu de chegar à frente, assim como, em 2022, teria sido a má avaliação do governo de Jair Bolsonaro, que chegou àquela eleição com 31% de ótimo e bom, e não a habilidade política de Lula, o que decidiu o resultado. O segundo elemento é a frente ampla, prometida na campanha de 2022 e, a seu ver, não realizada no governo. O terceiro são decisões eleitorais que ele atribui à soberba: lançar Fernando Haddad ao governo de São Paulo e Gleisi Hoffmann ao Senado pelo Paraná, em disputas de vitória improvável, quando ambos poderiam ter ampliado as bancadas do partido como candidatos a deputado federal. Como exemplo do tom adotado pelo presidente, Almeida cita a declaração de 19 de setembro, em Florianópolis, segundo a qual o agronegócio, por depender de recursos do governo, deveria não apenas votar nele, mas ajoelhar-se.

QUADRO DE APOIO · SEÇÃO 4

Três pilares do discurso governista que se esgotaram

Leitura de Igor Gielow, na Folha de S.Paulo

Democracia

Pilar 1

Depois de 2023, a defesa da democracia passou a depender do Supremo.

Soberania

Pilar 2

A pressão externa não se materializou como se previa.

Economia

Pilar 3

Indicadores positivos no agregado, com alto endividamento das famílias.

Síntese do argumento de Igor Gielow, Folha de S.Paulo, 4 de outubro de 2026.

Registra-se, por fim, a escassez de autocrítica. No Calma Urgente, a crítica recai sobre a campanha e sobre o público, não sobre o governo. Edinho Silva, presidente do PT, não faz nenhuma: afirma que há dois projetos em disputa e que Lula é a mudança. No extremo oposto, Renan Santos sustenta simplesmente que o PT governou mal.

O que os dados da Orikom mostram

A releitura verificou se cada publicação citava alguma realização concreta de governo, como um programa, uma obra ou uma medida econômica, e de qual governo.

Apenas 3,1% das interações sobre o resultado citam alguma entrega. As que se referem ao governo Lula atual são 42,9% desse pequeno conjunto, o que equivale a cerca de 1,3% de toda a conversa. Mesmo dentro do campo de Lula, somente 4,1% das interações mencionam alguma realização.

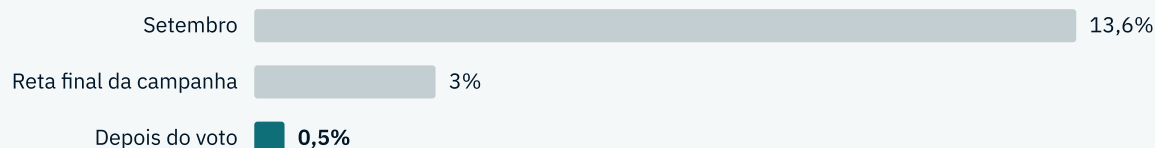
O painel permite acompanhar o fenômeno no tempo, por meio do enquadramento que a plataforma denomina prova material de entrega, atribuído aos textos cujo argumento central é o que foi efetivamente feito. Nas publicações que citavam Lula, esse enquadramento estava presente em 13,6% em setembro, recuou para 3,0% na reta final da campanha e para 0,5% depois do voto. Nas que citavam Flávio, nunca ultrapassou 2,9%.

IPSE Global · O primeiro turno de 2026 em debate

30

O argumento da entrega caiu de 13,6% para 0,5%

Publicações que citam Lula com enquadramento de prova material de entrega, em %



Fonte: Orikom, painel do primeiro turno e série de setembro de 2026. Percentuais ponderados por interações.

Um teste adicional consistiu em procurar, no material, os termos da vida material, como emprego, salário, preço e o próprio verbo entregar. O que se encontrou não foram programas de governo. O verbo aparece sobretudo no sentido de trair, em frases sobre não entregar o país ao adversário, ou associado a promessas sem conteúdo definido.

Por fim, a hipótese de um governo fraco, sem marca reconhecível ou mal comunicado, responde por 5,1% das explicações dadas pelo campo de Lula e por 12,7% das dadas pelas contas comuns. Entre as publicações de políticos, apenas 2,5% das interações contêm alguma explicação para o resultado: as lideranças, no período medido, comemoraram ou lamentaram, mas não explicaram.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que o governo não participou do debate na condição de governo, isto é, como conjunto de ações passíveis de avaliação. Relatórios anteriores da instituição, produzidos em setembro, já indicavam que o presidente não ocupava a agenda pública com realizações do mandato em curso. O primeiro turno confirma e agrava o diagnóstico: o único dos dois campos que dispunha de um inventário de realizações recentes viu esse vocabulário desaparecer justamente nas semanas em que o eleitor formava sua decisão.

A contribuição da tese ao debate está em situar o problema num momento anterior ao que os analistas discutem. Eles explicam por que a entrega deixou de render voto. Os dados mostram que ela não chegou a ser apresentada, e que, quando o foi, circulou dentro do próprio campo governista. Uma realização que ninguém narra dificilmente pode ser creditada a quem a fez. Essa constatação não invalida a hipótese do direito adquirido, mas indica que ela ainda não foi propriamente testada.

A tese não permite concluir que mais comunicação teria mudado o resultado. Permite afirmar que a avaliação do governo pelo que ele fez não esteve entre os termos em que a eleição foi discutida.

A Tese 10 sugere que o problema não se resolve apenas falando mais das realizações. O estudo qualitativo de 2025 identificava como condição da confiança a prova material, isto é, a entrega visível antes do discurso, e advertia que o êxito de uma política só se converte em apoio quando o público identifica com clareza quem a realizou. Mas advertia também que a esperança associada a Lula estava presa ao passado. A combinação das duas observações indica que a forma de apresentar a realização importa tanto quanto a realização: apresentada como dádiva pela qual se deve gratidão, ela tende a ser recusada; apresentada como condição que permitiu às pessoas avançar pelo próprio esforço, pode ser reconhecida sem ferir o sentimento de autoria.

A leitura de Almeida e a da IPSE coincidem num ponto e divergem em outro. Coincidem em situar a explicação no governo, e não na campanha ou no eleitor: para ambos, o resultado foi sendo preparado ao longo de quatro anos. Divergem quanto à causa. Para Almeida, o erro do presidente foi afastar-se das elites econômicas, ao abandonar a política de 2003 e não constituir a frente ampla. A Tese 7 sustenta que o partido é punido, entre os insatisfeitos, justamente por ser visto como parte do sistema com o qual negocia. As duas leituras não são necessariamente incompatíveis, e sua combinação descreve uma posição particularmente desfavorável: a de um governo que não satisfaz as elites, cujo apoio perdeu, nem rompeu com elas, e por isso também não recebeu o crédito de quem contesta a ordem existente.

5. ECONOMIA, CUSTO DE VIDA E O ELEITOR QUE NÃO FALA POR PARTIDO

Entre os mil municípios de menor renda do país, Lula perdeu participação em 954 em relação a 2022. O dado sugere que fatores materiais, como renda, preços e endividamento, pesaram no resultado. A questão desta seção é quanto pesaram e por que essa explicação ocupa tão pouco espaço no debate público.

O que dizem os analistas

Há um conjunto consistente de análises de fundo econômico. Antonio Lavareda, na CNN Brasil, aponta que Lula perdeu mais votos entre homens, entre jovens de 16 a 24 anos e nas faixas de menor renda e escolaridade, e apenas três pontos entre eleitores com ensino superior. José Paulo Kupfer (Poder360), Fernando Schüller e Maurício Moura destacam o endividamento das famílias, com juros altos, inadimplência recorde e consumo contido, e avaliam que o programa de renegociação de dívidas chegou tarde. Na Jovem Pan e na Gazeta do Povo, a formulação é mais direta: o bolso decidiu, pela soma de promessas não cumpridas sobre o preço dos alimentos, carga tributária e déficit público.

Dois temas específicos aparecem. O primeiro é a percepção de que o governo gasta demais. Vasques cita uma coluna de Maria Cristina Fernandes em que um entregador afirma querer a saída de Lula por esse motivo; Breno Altman responde que essa ideia se difundiu porque o governo nunca a contestou. Trata-se do relato de uma conversa de rua, que vale como ilustração e não como evidência. O segundo tema é a proibição das apostas on-line, decretada a nove dias da votação: segundo O Globo, integrantes da campanha avaliam que a medida custou votos entre eleitores de renda média baixa.

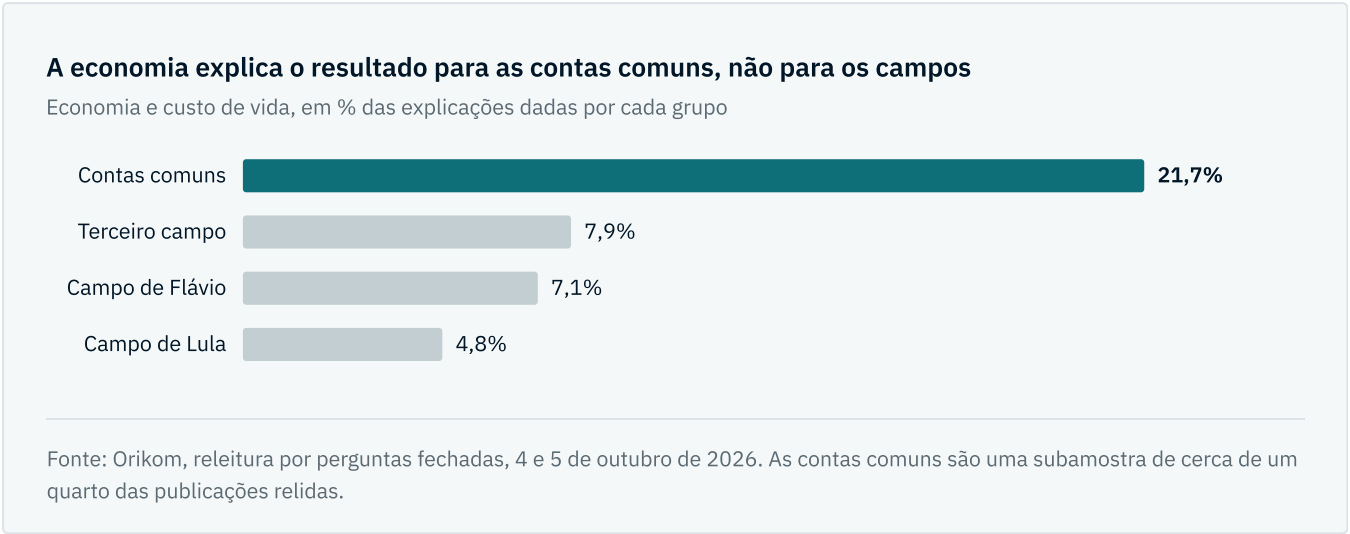
Em sentido contrário, Felipe Nunes (Quaest) sustenta que valores explicam o voto melhor do que a economia. Parte do campo de Lula diz o mesmo, em tom de acusação: a situação econômica não importaria, porque o voto seria pura identificação.

O que os dados da Orikom mostram

A releitura classificou a explicação que cada publicação oferece para o resultado. No conjunto, a economia e o custo de vida aparecem em 5,7% das explicações. No campo de Lula, em 4,8%; no campo de Flávio, em 7,1%.

O quadro se altera quando se observa quem fala. A plataforma identifica o tipo de autor de parte das publicações, o que permite separar políticos, veículos de imprensa, influenciadores e contas comuns. Entre as contas comuns, a economia sobe a 21,7% das explicações, e a percepção de governo fraco, a 12,7%. As

duas explicações de natureza material somam, portanto, mais de um terço do que as pessoas comuns dizem sobre o resultado, contra cerca de um décimo nos dois campos organizados. Entre os políticos, como já registrado, quase não há explicação de nenhum tipo.



O painel confirma a baixa presença do tema por outro caminho. Entre os cinco enquadramentos que estruturam a leitura do resultado, o da crise concreta, que apresenta o problema como dificuldade material imediata, é o de menor exposição.

Observa-se ainda, no campo derrotado, a convivência de duas interpretações opostas da mesma derrota. Uma afasta o voto das condições de vida, ao afirmar que fome, desemprego e inflação deixaram de importar. A outra atribui tudo ao preço, ao dizer que se perdeu o eleitor que decide conforme o custo das compras. Por fim, o relatório da IPSE sobre a proibição das apostas, de setembro, havia medido que a medida não se convertia em confiança atribuída ao presidente.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que a explicação material está presente onde não há filiação a um dos campos, e quase ausente onde há. É a explicação com melhor apoio nos resultados eleitorais, como a perda de votos nos municípios mais pobres, e a de menor presença na fala dos campos e das lideranças.

A tese diverge do modo como parte do debate formula o problema, opondo economia a valores como se fosse preciso escolher uma das duas causas. Os dados não autorizam essa escolha. O que sugerem é que a queixa material circula sem tradução política: um campo tende a tratá-la como ingratidão do eleitor, e o outro a utiliza como crítica sem transformá-la em proposta.

O estudo qualitativo de 2025 descreve com precisão o conteúdo dessa queixa, que denomina economia do esgotamento. Participantes de todas as orientações políticas concordavam no diagnóstico: o dinheiro não rende, a ida ao supermercado é fonte de angústia, e o trabalho consome o tempo que seria da família e do descanso sem se converter em bem-estar. Divergiam apenas quanto ao responsável. O estudo concluía que a perspectiva de melhora concreta da vida seria o fator mais decisivo do voto em 2026. A presença da explicação material entre as contas comuns, e sua ausência entre os campos, é coerente com esse quadro:

o diagnóstico é compartilhado pela população e não é assumido por nenhuma das forças em disputa. A Tese 9 acrescenta que essa queixa não é somente de renda, mas de horizonte: o que se deseja é deixar de apenas sobreviver.

O mesmo estudo formulou, meses antes da eleição, a ideia que a Tese 5 retoma, ao falar de um teto das narrativas políticas: os discursos dos dois campos organizam interpretações sobre o presente, mas não captam a demanda mais profunda por bem-estar concreto, feita de salário, preços, serviços, tempo livre e tranquilidade. A queixa era comum a todos; apenas a atribuição de culpa variava conforme o voto. A tradução política existia, pois, sob a forma de acusação, e não sob a forma de proposta.

QUADRO DE APOIO · SEÇÃO 5

A economia do esgotamento

O que os grupos de discussão de 2025 diziam, em todas as orientações políticas

Dinheiro

Não rende

A ida ao supermercado é fonte de angústia; o trabalho não se converte em bem-estar.

Tempo

O recurso mais escasso

Jornada e deslocamento consomem o tempo da família e do descanso.

Estado

Liberalismo paradoxal

Mesmo quem pede menos Estado espera que ele garanta emprego, preços e serviços.

Fonte: IPSE Global e LabDES/UNIRIO, Percepções sobre a agenda democrática nacional, 46 grupos de discussão, novembro e dezembro de 2025.

Convém explicitar o limite dessa tese. A subamostra de contas comuns é pequena, cerca de um quarto das publicações relidas, e pessoas que publicam sobre política não representam o conjunto dos eleitores. Esta é, entre as seis teses, a que o debate público menos permite verificar e a que mais requer pesquisa direta com o eleitorado, por meio de sondagens e de grupos de discussão.

6. VALORES, RELIGIÃO E PERTENCIMENTO

Valores e costumes são a segunda explicação mais frequente para o resultado no debate medido. Sob esse rótulo reúnem-se a religião, a família, a moral sexual, a ideia de pátria e, de modo mais amplo, o sentimento de pertencer a um grupo. Esta seção examina que valores cada campo invoca e o que essa diferença revela sobre a disputa.

O que dizem os analistas

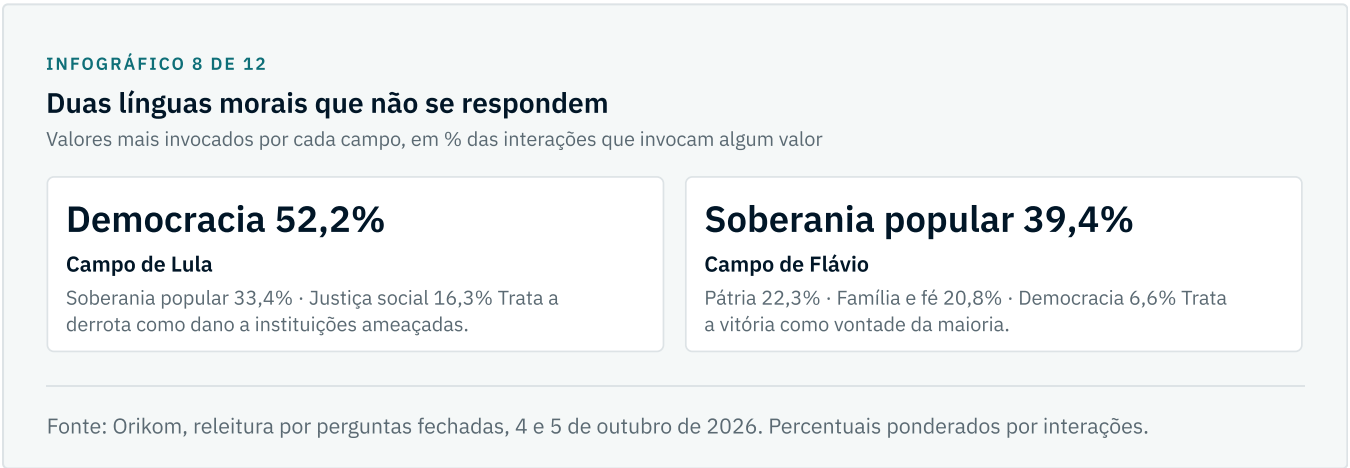
Felipe Nunes, da Quaest, descreve um eleitorado calcificado, isto é, com posições políticas fixas e associadas à identidade pessoal. Segundo ele, em 2002 um quarto dos eleitores não sabia situar-se entre esquerda, direita e centro; hoje são 4%. Nunes observa ainda que o trabalhador por conta própria migrou para Flávio. Toledo, no UOL, fala em voto cultural no interior do país, e Josias de Souza afirma que a esquerda não se dirige a quem deseja empreender. Vasques insiste nos códigos culturais do Brasil do agronegócio, evangélico e do trabalho por aplicativo.

Chama atenção, porém, a escassez de análise específica. Nos programas de televisão e nos canais de direita examinados, religião e costumes aparecem como recurso retórico, e não como explicação desenvolvida. A varredura da imprensa não localizou texto dedicado ao voto evangélico nas primeiras 24 horas. No campo de Lula, o tema surge em versão acusatória, na qual os costumes são apresentados como defeito do eleitor: a direita teria vencido por hostilidade às minorias.

O que os dados da Orikom mostram

A reeleitura registrou, em cada publicação, os valores explicitamente invocados, a partir de uma lista que inclui democracia, soberania popular (a ideia de que a vontade da maioria deve prevalecer), justiça social, família e fé, pátria, liberdade e prosperidade.

Algum valor é invocado em 38,9% das interações. No conjunto, predominam a democracia (38,6%) e a soberania popular (37,4%), seguidas de justiça social (11,6%), família e fé (8,4%) e pátria (5,0%). A divisão por campo é o resultado mais relevante. No campo de Lula, a democracia aparece em 52,2%, a soberania popular em 33,4% e a justiça social em 16,3%. No campo de Flávio, a soberania popular aparece em 39,4%, a pátria em 22,3%, a família e a fé em 20,8%, a liberdade em 9,2% e a prosperidade em 7,2%; a democracia, em apenas 6,6%.



O painel acrescenta três observações. A primeira diz respeito aos valores republicanos, categoria da plataforma que reúne princípios da vida cívica: quem comemora o resultado fala de participação cívica (80% das menções a esse valor), e quem o lamenta fala de prestação de contas (69%). A segunda é que a publicação de maior alcance das primeiras 24 horas não trata de voto: é um testemunho religioso de Michelle Bolsonaro, com mais do triplo das interações da segunda colocada. A terceira é que o repertório de mobilização religiosa, isto é, o uso de linguagem e de práticas de fé para convocar à ação, pertence quase todo a quem comemora (94%).

Por fim, um dado contraintuitivo. Valores e costumes são usados como explicação do resultado em 17,7% dos casos no campo de Lula e em 9,9% no campo de Flávio.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que os dois campos falam línguas morais distintas, que não se respondem. Ambos invocam o voto popular. Mas o campo de Flávio o associa a povo, pátria, família e fé, e trata a vitória como expressão da vontade da maioria; o campo de Lula o associa a democracia e a justiça social, e trata a

derrota como um dano a instituições ameaçadas. Cada lado se considera o defensor legítimo da vontade popular, a partir de definições diferentes do que ela é.

A contribuição específica dos dados está no resultado contraintuitivo: quem mais explica a eleição pelos costumes não é quem venceu, é quem perdeu. Os vencedores vivem os valores como pertencimento e não precisam usá-los como explicação. Os derrotados os usam como diagnóstico do outro, frequentemente em tom de reprovação, o que tende a afastar justamente o eleitor que se pretenderia reconquistar.

A tese inclui uma advertência quanto à leitura por blocos religiosos, habitual no debate. Em pesquisa qualitativa conduzida pela IPSE em setembro, a propósito da polêmica sobre a padroeira do Brasil, mulheres das classes D e E descreveram uma fé de fronteiras fluidas, que não se alinha automaticamente pela igreja frequentada. Tratar os evangélicos como um bloco homogêneo de voto simplifica uma realidade mais variada.

Uma evidência externa reforça essa advertência. Na análise municipal de Marco Faganello, apresentada na seção 9, o percentual de evangélicos na população do município não teve efeito sobre a perda de votos de Lula entre 2022 e 2026, uma vez considerados o estado, o porte e a estrutura econômica local. O resultado não indica que a religião seja irrelevante para o voto, mas que ela não explica a mudança ocorrida entre as duas eleições.

O estudo qualitativo de 2025 acrescenta dois elementos sobre religião. O segmento evangélico não se comportava como bloco: predominava o alinhamento ao bolsonarismo, motivado por temas de família e de costumes, mas havia apoio a Lula em igrejas históricas e entre lideranças de atuação social. E registrava-se uma rejeição majoritária, inclusive entre evangélicos, ao uso do culto para campanha eleitoral, sem que isso impedisse o alinhamento por valores: rejeita-se o método da pressão religiosa e aceita-se o conteúdo moral. A heterogeneidade observada estende-se a outros grupos, como a presença relevante de participantes pretos e pardos alinhados ao bolsonarismo, o que desautoriza explicações do voto por bloco demográfico.

7. O SUPREMO E O VOTO DE REVOLTA

Três dias antes da votação, decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) antecederam o cancelamento do último debate presidencial, previsto para a TV Globo. O episódio reforçou uma interpretação que já circulava: a de que o voto em Flávio seria, em boa medida, um voto de revolta contra o Judiciário. Esta seção examina o alcance dessa interpretação.

O que dizem os analistas

Vários analistas colocam o Supremo no centro do resultado. Vera Magalhães (O Globo), William Waack (O Estado de S. Paulo e CNN Brasil), a revista Piauí, Yuri Sanches e Murilo de Aragão apontam que a pauta contra a corte cresceu com o caso do Banco Master e que Lula ficou associado ao tribunal. Vasques vê no cancelamento do debate o gatilho da reta final: o episódio foi apresentado como censura e voltou a ligar o presidente ao Supremo, à principal emissora do país e à ideia de sistema.

Nos canais de direita, a formulação é mais forte. Na Gazeta do Povo e no Metrôpoles, o Supremo é descrito como o grande derrotado da eleição, e uma comentarista afirma que o voto foi mais contra o tribunal do que a favor da direita. Os mesmos canais tratam a nova composição do Senado como caminho para o afastamento de ministros da corte, procedimento que exige 54 votos; as contagens publicadas pela imprensa variam de 49 a 54 senadores favoráveis. Valdemar Costa Neto mostra-se mais cauteloso.

A coluna Painei, da Folha de S.Paulo, assinada por Fábio Zanini, estima em cerca de 50 o número de senadores identificados com o núcleo do bolsonarismo, dos quais 28 são do PL. Segundo a coluna, esse contingente é suficiente para eleger o presidente do Senado e para aprovar emendas à Constituição, que exigem três quintos da Casa, isto é, 49 votos, e fica a poucos votos dos 54 necessários para afastar um ministro do Supremo. A observação desloca o centro do risco: mesmo sem alcançar o quórum do impeachment, a nova maioria teria condições de alterar, por emenda, as atribuições do tribunal.

Há contrapontos. A jurista Marilda Silveira avalia que a impressão de interferência judicial é maior do que a interferência real. Lavareda usa a perda de votos de Lula entre os mais pobres como argumento contra a centralidade do Supremo, e Fernando Schüller prefere falar em conjunto de fatores.

Empresários ouvidos pela Folha de S.Paulo oferecem uma versão da mesma tese vinda de outro meio social. Entre as razões que apontam para o resultado estão o que um deles chama de reação aos abusos do Supremo, o cansaço com o presidente, o endividamento das famílias e a percepção de mau desempenho em segurança e no combate à corrupção. Um dos entrevistados elogia Flávio por ter evitado declarações polêmicas e confrontos com instituições, que teriam prejudicado o pai. A observação é relevante para a Tese 7: o candidato que parte do eleitorado vê como contestador do sistema é visto pelo empresariado como o mais previsível.

O que os dados da Orikom mostram

Os dados distinguem duas coisas que o debate costuma fundir: ser alvo de ataques e ser apontado como causa do resultado.

Como alvo, o Supremo é a instituição mais atacada no debate sobre o resultado: 74% das interações que o citam são de ataque, e 10%, de defesa. O modelo MAPAM, que registra o papel atribuído a cada ator citado, mostra que o TSE, o STF e os institutos de pesquisa concentram cerca de 42% das atribuições do papel de agressor, aquele a quem o texto imputa um dano; as vítimas apontadas são o povo e o eleitor. A plataforma mede ainda a confiança institucional expressa nos textos: a desconfiança predomina em 54% do material, e 81% dos textos desconfiados vêm de quem ataca ou lamenta o resultado. A Justiça Eleitoral, responsável pela apuração, é exceção, e dela provêm os registros de confiança plena.

Como causa, o peso é menor. Quando o campo de Flávio explica a própria vitória, o Judiciário aparece em 7,4% das explicações, atrás da divisão regional, da rejeição ao PT, do erro das pesquisas e da força de Jair Bolsonaro.

O Supremo: alvo permanente, não a causa principal

Duas medidas distintas no debate sobre o resultado

74%**Como alvo**

das interações que citam o Supremo são de ataque; 10% são de defesa.

7,4%**Como explicação da vitória**

das explicações do campo de Flávio apontam o Judiciário, atrás da rejeição ao PT (13,9%).

Fonte: Orikom, painel do primeiro turno e reeleitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026.

O relatório da IPSE sobre o debate cancelado, de 2 de outubro, documentou a mudança ocorrida em 48 horas. Na véspera do cancelamento, a TV Globo era apontada como responsável pelo fracasso do debate em 68% das atribuições de culpa; na manhã seguinte, o Judiciário havia passado à frente, com 37%, e a avaliação sobre Lula dividiu-se ao meio.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que o Supremo é um alvo permanente do debate, mas não a explicação principal que os próprios vencedores oferecem para a vitória. Os dados revelam uma diferença entre os formadores de opinião e a base do campo vencedor: comentaristas situam o tribunal no centro do resultado, ao passo que, nas redes desse mesmo campo, ele vem depois da rejeição ao PT.

O que os dados sustentam é uma afirmação mais delimitada do que a do voto de revolta. O episódio do debate associou Lula ao Judiciário na última semana e ofereceu a Flávio uma justificativa, a de vítima de cerceamento, para não debater. Esse efeito é compatível com a leitura de Vasques e deve ser entendido como fator de reta final, e não como causa estrutural.

A tese inclui um alerta para o período seguinte. Com a nova composição do Senado, a crítica ao Supremo deixa de ser apenas interpretação do resultado e passa a ter condições de se converter em programa de ação legislativa. Este é um dos pontos a acompanhar com maior atenção.

8. REDES: AUDIÊNCIA CONTRA ORGANIZAÇÃO

O domínio da direita nas redes sociais é a terceira explicação mais usada para o resultado. Por tratar-se do terreno em que a Orikom realiza suas medições, esta é a seção em que os dados próprios têm mais a oferecer. A questão é o que as redes efetivamente mostram.

O que dizem os analistas

Manoel Fernandes, da consultoria Bites, afirmou ao Poder360 que a esquerda subestimou a internet e que houve intensa mobilização de apoiadores de Flávio nas 72 horas finais. Reynaldo Aragon, no Brasil 247, propõe a distinção que orienta esta seção: a esquerda dispunha de audiência, isto é, de muitas pessoas acompanhando e reagindo, enquanto a direita dispunha de organização, isto é, de uma orientação de voto coordenada para todos os cargos.

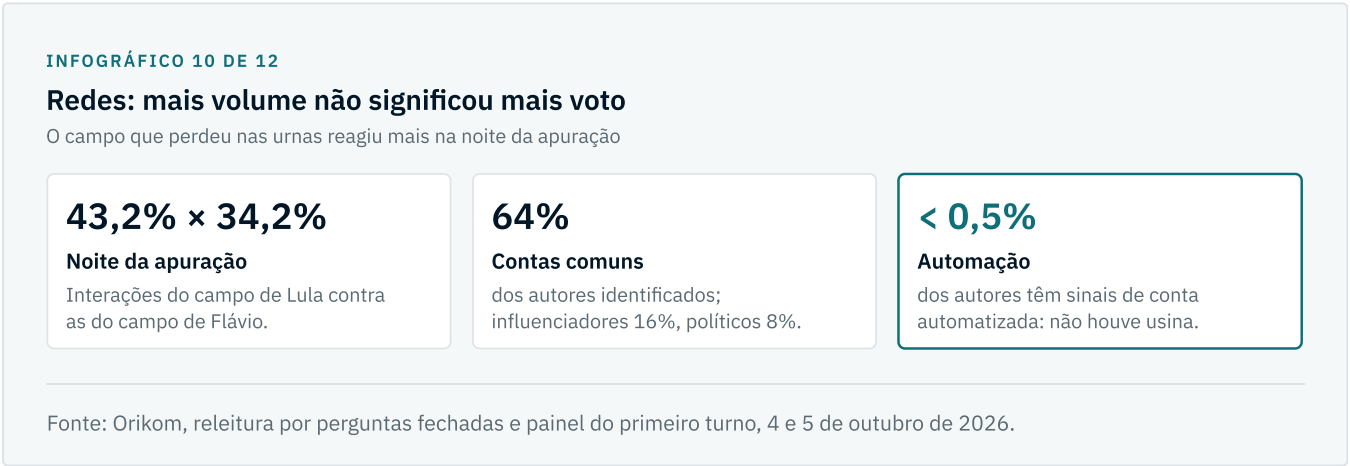
Vasques oferece evidência eleitoral nessa direção: nos grandes estados, os candidatos a presidente, governador e senador do campo vencedor tiveram votações quase idênticas, o que indica voto em bloco; em São Paulo, Flávio teria sido puxado pelo governador Tarcísio de Freitas. Renan Santos acrescenta que o PL combinou a estrutura partidária tradicional com influenciadores digitais, e lembra que os deputados mais votados, Nikolas Ferreira e Lucas Pavanato, construíram suas carreiras nas redes.

Uma leitura distinta, presente em colunistas do Brasil 247, atribui o resultado às grandes empresas de tecnologia e à desinformação. Nos seis programas de televisão examinados, as redes quase não entram na explicação.

O que os dados da Orikom mostram

O primeiro dado refere-se ao volume. Na noite da apuração, o campo de Lula respondeu por 43,2% das interações sobre o resultado, e o de Flávio, por 34,2%; o restante dividiu-se entre o terceiro campo e os relatos sem lado. No dia seguinte, a relação inverteu-se: 48,4% para o campo de Flávio e 36,4% para o de Lula. O campo que perdeu nas urnas produziu, portanto, mais reação no primeiro momento.

O segundo refere-se a quem fala. Entre os autores cujo tipo a plataforma identifica, quase dois terços são contas comuns (64%); influenciadores são 16%, e políticos, 8%. A plataforma aplica também critérios de detecção de comportamento automatizado, e as contas com esses sinais ficam abaixo de 0,5% dos autores.



O terceiro refere-se ao tipo de reação. O campo de Flávio reagiu sobretudo com comemoração (36,4% das suas interações). O campo de Lula dispersou-se entre convocação para o segundo turno (28,9%), alarme (14,6%) e lamento (14,0%). Entre as publicações de políticos, a comemoração concentra 76,5% das interações, o que se explica: o campo vencedor tinha votações a exibir, eleitos a nomear e estados a listar. Os influenciadores são o único tipo de emissor dividido em três partes próximas, entre os que comemoram (37%), os que atacam (32%) e os que apenas relatam (31%).

Como cada campo reagiu ao resultado

Tipo de reação predominante, em % das interações de cada campo

Celebração 36,4%**Campo de Flávio**

Uma mesma mensagem, repetida por poucas vozes de grande alcance.

Convocação 28,9%**Campo de Lula**

Alarme 14,6% · Lamento 14,0%. Fala em várias direções, sem porta-voz que organize a leitura.

Fonte: Orikom, releitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026. Percentuais ponderados por interações.

O quarto refere-se ao conteúdo de maior alcance. Nas publicações mais difundidas da esquerda, o que se comemora são mandatos legislativos conquistados, como os de Erika Hilton e Anielle Franco; não há, entre elas, uma interpretação do resultado presidencial. Por fim, a plataforma registra quando um texto contesta a veracidade de uma informação: quatro quintos desses registros vêm de quem ataca o resultado, e os alvos são as pesquisas, a imprensa e a apuração.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta duas afirmações. A primeira é negativa: a explicação do resultado por uma operação de contas automatizadas não encontra apoio nos dados, que registram uma presença residual desse tipo de conta. A segunda é positiva: a diferença entre audiência e organização, proposta por Aragon, é confirmada pela medição. O campo de Lula teve mais volume nas redes observadas e, mesmo assim, perdeu nas urnas. Volume de reação não equivale a capacidade de converter apoio em voto.

Os dados permitem descrever em que consiste essa diferença. O campo vencedor fala para confirmar o pertencimento, com poucas vozes de grande alcance repetindo uma mesma mensagem. O campo derrotado fala muito, em várias direções, sem um porta-voz que organize uma interpretação comum.

Quanto à responsabilização das plataformas, a IPSE considera que ela cumpre, no debate, função análoga à da memória curta: situa a causa da derrota fora das escolhas do próprio campo. O funcionamento das plataformas é um problema público relevante, mas os dados deste estudo não permitem atribuir-lhe o resultado.

9. O PAÍS POR REGIÃO E AS FIGURAS DO RESULTADO

A divisão regional do voto é a explicação mais usada para o resultado: está presente em 28,1% das interações que oferecem alguma explicação. Esta seção examina como cada região foi tratada no debate e que imagem resultou, depois do voto, para as principais figuras políticas.

O que dizem os analistas

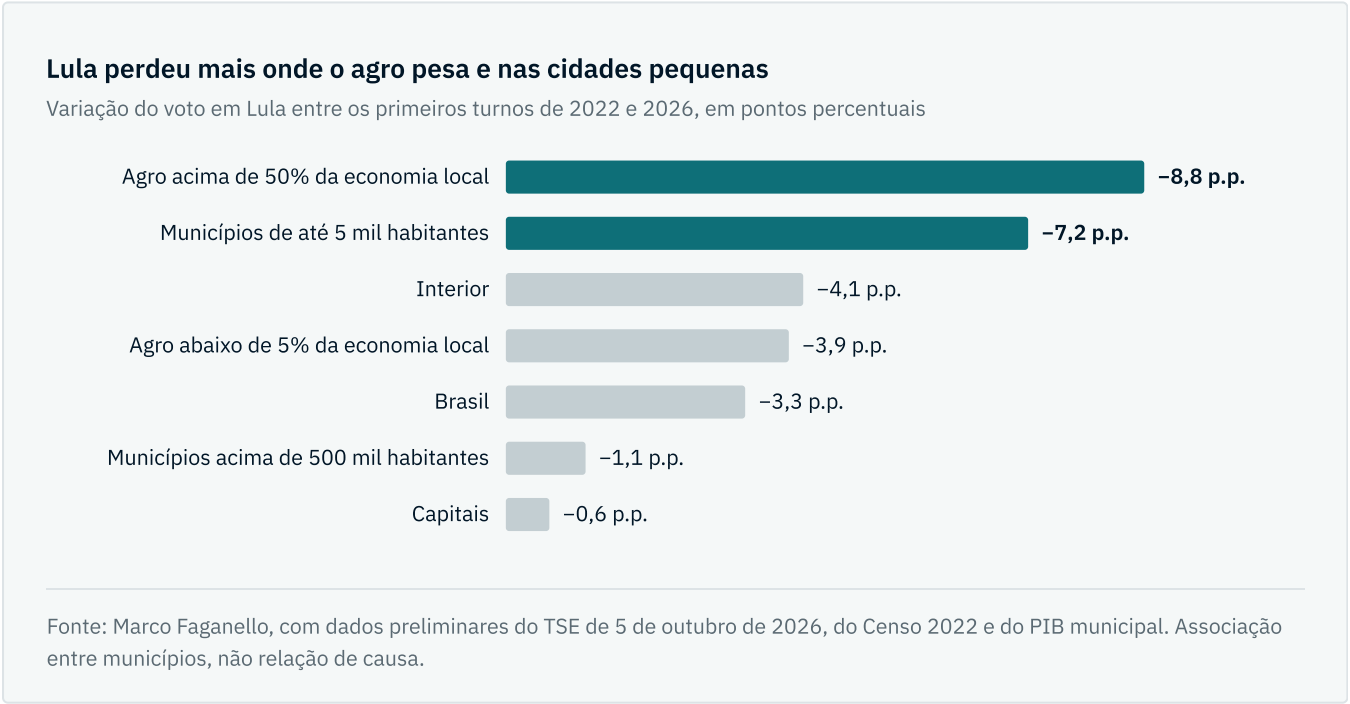
A leitura mais frequente é a de que o Sudeste decidiu. O Valor Econômico registra que, em São Paulo, a vantagem do campo bolsonarista dobrou em relação a 2022, de 7 para 14 pontos, e que, no Rio Grande do Sul, passou de 7 para 20. Vasques descreve São Paulo e Minas Gerais como estados decisivos, capazes de

inclinar o resultado nacional. Murilo Hidalgo propõe leitura diferente, a de um movimento uniforme: Lula teria perdido cerca de três pontos tanto no Nordeste quanto no Sudeste.

Sobre o Nordeste, O Estado de S. Paulo e a BBC registram que o presidente venceu nos nove estados, mas com margem menor, e que recuou nos municípios mais pobres. Na Gazeta do Povo, um comentarista trata a Bahia como exceção e a explica pela dependência de recursos públicos.

As análises destacam ainda o peso das candidaturas estaduais, que no vocabulário político brasileiro se chamam palanques: Tarcísio de Freitas em São Paulo e Cleitinho em Minas Gerais teriam impulsionado Flávio, e, no Sul, Sérgio Moro e Luciano Zucco derrotaram os candidatos apoiados pelos governadores do PSD. Quanto ao futuro, comentaristas de direita afirmam que seu campo tem sucessores, como Nikolas Ferreira, Lucas Pavanato e Tarcísio, e que a esquerda não os tem, depois das derrotas de Fernando Haddad e de João Campos. Vasques pondera que o que se encerra é o ciclo de Lula, e não o do PT.

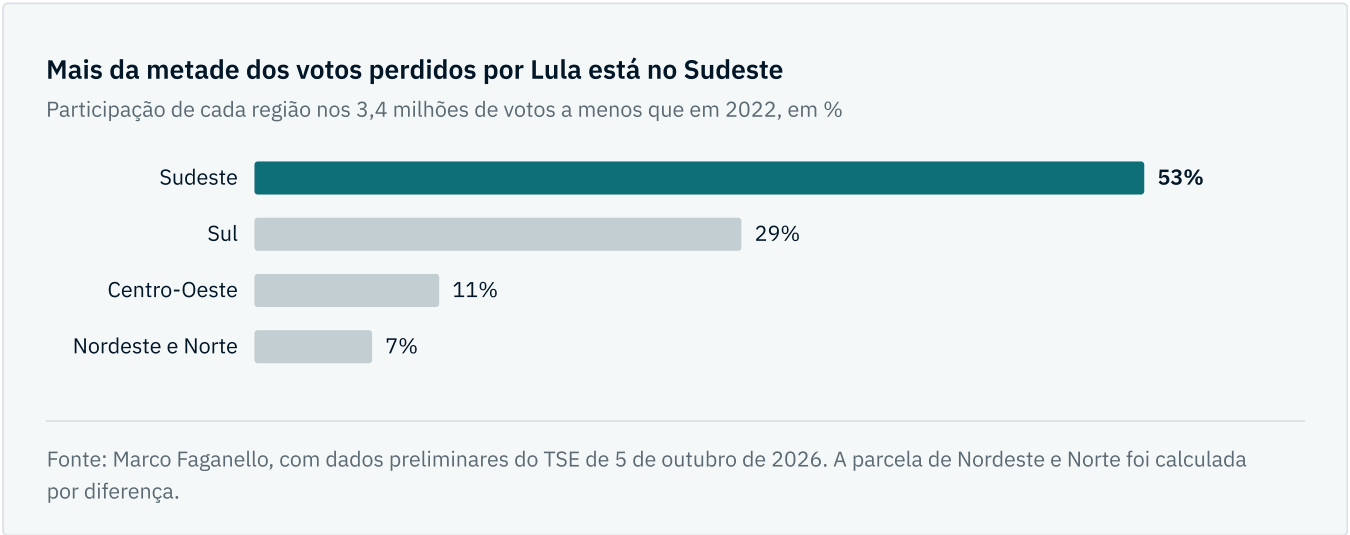
A análise mais detalhada disponível até o fechamento deste documento é a do pesquisador Marco Faganello, publicada na rede X com dados preliminares do TSE cruzados com o Censo de 2022 e com o produto interno bruto dos municípios. Seus resultados deslocam o eixo da discussão, da região para o tipo de município. Lula perdeu participação nos votos válidos em 98% dos municípios do país. A queda nacional foi de 3,3 pontos percentuais, mas de 7,2 pontos nos municípios com até 5 mil habitantes e de 1,1 ponto nos que têm mais de 500 mil. Nas capitais, o presidente praticamente manteve o voto de 2022 (queda de 0,6 ponto); no interior, perdeu 4,1 pontos. A variável mais associada à perda é o peso da agropecuária na economia local: onde ela responde por mais da metade do produto municipal, a queda típica foi de 8,8 pontos; onde responde por menos de 5%, de 3,9. A relação se mantém quando se comparam municípios do mesmo estado, porte e perfil de renda.



O mesmo estudo distingue a intensidade da perda de seu volume. Em intensidade, a queda foi maior no Sul (5,5 pontos) e no Centro-Oeste (5,2). Em volume, cerca de metade dos 3,4 milhões de votos perdidos por Lula veio do Sudeste, que caiu menos, mas concentra 41% dos votos válidos. No Nordeste, o presidente conservou seu número de votos (21,7 milhões em 2022 e 21,5 milhões em 2026), mas o PL cresceu 1,6

milhão, de modo que a vantagem de Lula na região caiu de 13,0 para 11,1 milhões de votos e deixou de compensar a desvantagem no restante do país, que passou de 6,8 para 13,3 milhões. O autor adverte que se trata de associação estatística entre municípios, e não de demonstração de causa, e que os dados são preliminares.

Uma terceira análise quantitativa, a de Pedro Doria, editor do Meio, no programa Ponto de Partida, compara o resultado de 2026 com o de 2022 em cerca de 86 mil locais de votação, que reúnem 96% dos votos do país, e permite identificar quem mudou de voto. Flávio Bolsonaro teve mais votos que o pai em nove de cada dez locais. Nas cidades com mais de 1 milhão de eleitores, a diferença entre os dois campos variou cerca de 2,5 pontos; nas de menos de 10 mil eleitores, 12 pontos; e mais da metade do ganho de Flávio veio de municípios com menos de 50 mil eleitores, padrão que se repete dentro de cada região. Por renda, Lula cresceu de 1 a 2,5 pontos nas seções de perfil mais rico e Flávio cresceu de 4 a 5 pontos nas de perfil mais pobre; o presidente só venceu na faixa de menor renda, e a maior vantagem de Flávio está na renda média, a chamada classe C, por 53 a 37. Doria sustenta ainda que não foram os evangélicos, que já votavam majoritariamente em Bolsonaro em 2022, nem os jovens, que explicam a mudança: dos quase 5 milhões de votos que Flávio teve a mais que o pai, mais de 4 milhões teriam vindo de católicos, entre os quais Lula recuou de 54% para 49%. Sua síntese é que o voto que mudou de lado é o do brasileiro de renda média e média-baixa, católico, das cidades pequenas e das periferias das grandes cidades.

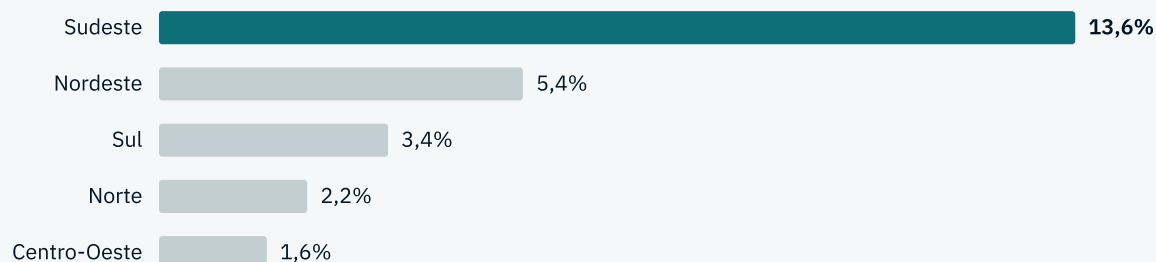


O que os dados da Orikom mostram

A plataforma identifica as unidades da federação citadas em cada publicação. Entre as publicações que destacam algum estado, as que tratam do Sudeste concentram 13,6% das interações sobre o resultado; as do Nordeste, 5,4%; as do Sul, 3,4%; as do Norte, 2,2%; e as do Centro-Oeste, 1,6%.

O debate olha para o Sudeste; o Centro-Oeste quase não aparece

Publicações que destacam algum estado da região, em % das interações sobre o resultado



Fonte: Orikom, painel do primeiro turno, 4 e 5 de outubro de 2026. Percentuais ponderados por interações.

O tratamento de cada região é distinto. O Nordeste aparece como uma região que se defende. Duas em cada três interações sobre ela comemoram o voto em Lula, e o conteúdo de maior circulação é a resposta à provocação de que o Nordeste teria decepcionado: sem ele, argumenta-se, não haveria segundo turno. No Sudeste, a comemoração ocupa cerca de 73% da exposição e reparte-se entre os dois campos, com os deputados mais votados da direita de um lado e parlamentares de esquerda celebrando seus mandatos de outro. No Sul, comemoração e ataque somam 95% das interações, quase sem relato neutro.

Quanto às figuras, a plataforma mede o sentimento das interações que citam cada ator e, pelo modelo CCFE, a força que os textos lhe atribuem. Lula tem avaliação dividida: 42,3% das interações que o citam são negativas e 41,7%, positivas. Flávio tem 54,8% de interações positivas e 27,9% de negativas. O dado mais significativo, porém, refere-se a um terceiro nome: a maior força atribuída depois do voto não é a de Flávio (0,57 na escala de -3 a +3), mas a de Tarcísio de Freitas (0,78). E a figura mais disputada não era candidata: Jair Bolsonaro recebe exposição quase igual de quem o defende e de quem o ataca.

QUADRO DE APOIO · SEÇÃO 9

As figuras depois do voto

Imagem atribuída nos textos; força e confiança numa escala de -3 a +3

0,78

Tarcísio de Freitas

Maior força atribuída depois do voto, acima de Flávio (0,57).

-0,56

Jair Bolsonaro

Pior confiança entre os principais atores; exposição dividida entre defesa e ataque.

42,3% × 41,7%

Lula

Interações negativas e positivas quase iguais. Flávio: 54,8% positivas e 27,9% negativas.

Fonte: Orikom, painel do primeiro turno, 4 e 5 de outubro de 2026.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que a região deixou de funcionar como explicação e passou a funcionar como acusação recíproca. O campo de Lula recorre à divisão regional em 37,6% de suas explicações, mais do que a qualquer outra. O resultado é um debate sobre que parte do país decepcionou a outra, que tende a

reavivar preconceitos regionais e que encobre um fato incômodo para esse mesmo campo: o presidente perdeu margem também no Nordeste e nos municípios mais pobres. A queda foi nacional, embora de intensidade desigual.

A análise municipal de Faganello dá a essa tese um fundamento eleitoral e a torna mais precisa. Se a perda ocorreu em 98% dos municípios, a pergunta sobre que região decepcionou está mal formulada. O que distingue os lugares em que a queda foi maior não é a região, mas o porte do município, sua condição de interior e o peso da agropecuária em sua economia. Esse resultado confere base empírica à descrição de Vasques sobre o país do agronegócio e evidencia um descompasso: o debate medido pela Orikom discute o Nordeste e o Sudeste, ao passo que a perda mais intensa se deu em pequenos municípios agrícolas, que quase não aparecem como assunto nas redes.

O estudo qualitativo de 2025 ajuda a compreender esse resultado. Nos grupos do Centro-Oeste e do interior, o agronegócio era motivo de orgulho e objeto de defesa identitária, com forte rejeição à imagem do setor como vilão ambiental; no Sul, o orgulho regional definia-se em oposição ao governo federal. A perda mais intensa de Lula nos municípios agrícolas não decorre, nessa leitura, apenas de interesse econômico, mas do sentimento de que um modo de vida e de trabalho é desvalorizado pelo campo governista.

A declaração do presidente em Florianópolis, lembrada por Alberto Carlos Almeida, ilustra esse ponto. Dirigida a um setor que se percebe como autor da própria prosperidade, a ideia de que ele deveria gratidão ao governo reúne, numa única frase, a desvalorização identitária registrada nos grupos de 2025 e o pedido de gratidão que a Tese 10 aponta como contraproducente.

Quanto às figuras, os dados contrariam duas leituras correntes. A primeira é a de que o vencedor da eleição é Jair Bolsonaro, que, no debate medido, aparece desacreditado. A segunda é a de que Flávio constitui o centro de força de seu campo, posição que os textos atribuem a Tarcísio de Freitas. Isso sugere que a liderança futura da direita está em aberto, mesmo em caso de vitória no segundo turno.

Os dados registram, por fim, um deslocamento na esquerda. O que ela comemora nas redes são mandatos legislativos individuais, e não um projeto nacional, o que é compatível com a observação de Vasques sobre o fim de um ciclo pessoal de liderança sem substituto definido.

10. COMO CADA CAMPO SE EXPLICA, E A CRÍTICA A CADA UM

Esta seção reúne, numa única tabela, as explicações que cada grupo ofereceu para o resultado, e apresenta em seguida a avaliação crítica que os dados autorizam fazer de cada campo. O padrão geral pode ser enunciado de início: o campo derrotado explica a derrota por quem votou, e não por quem governou; o campo vencedor explica a vitória pelo adversário, e não por si mesmo.

Como ler a tabela. Cada coluna corresponde a um grupo de autores, e cada linha, a uma explicação possível. Os valores indicam em que percentual das interações daquele grupo que explicam o resultado aquela explicação aparece. Como uma mesma publicação pode oferecer mais de uma explicação, as colunas não somam cem. As três primeiras colunas classificam os textos pelo lado de que falam; a quarta reúne as contas comuns, qualquer que seja o lado.

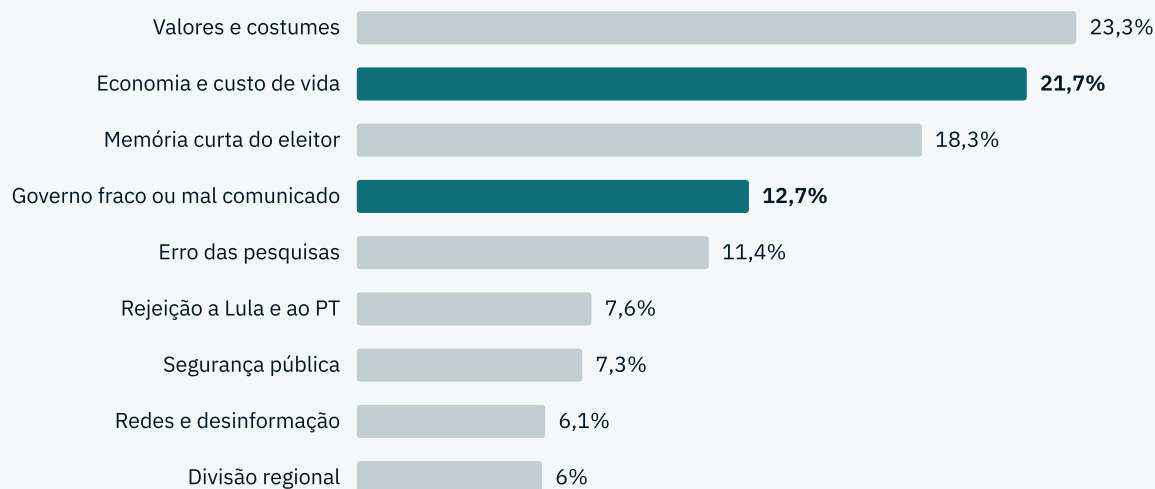
EXPLICAÇÃO	CAMPO DE LULA	CAMPO DE FLÁVIO	TERCEIRO CAMPO	CONTAS COMUNS
Divisão regional	37,6%	19,4%	16,2%	6,0%
Valores e costumes	17,7%	9,9%	9,4%	23,3%
Redes e desinformação	16,9%	9,5%	4,9%	6,1%
Memória curta do eleitor	14,3%	menos de 4%	18,0%	18,3%
Rejeição a Lula e ao PT	6,8%	13,9%	13,9%	7,6%
Erro das pesquisas	2,2%	13,7%	menos de 5%	11,4%
Economia e custo de vida	4,8%	7,1%	7,9%	21,7%
Governo fraco ou mal comunicado	5,1%	4,0%	7,0%	12,7%
Corrupção e escândalos	menos de 3%	7,8%	18,1%	menos de 4%
Judiciário	menos de 3%	7,4%	menos de 5%	menos de 4%

As contas comuns constituem uma subamostra, de cerca de um quarto das publicações relidas, formada por aquelas em que a plataforma pôde identificar o tipo de autor. Seus percentuais devem ser lidos com mais cautela que os demais.



As contas comuns falam de economia e de governo fraco

Explicações do resultado entre contas comuns, em % das interações que explicam algo



Fonte: Orikom, reeleitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026. Subamostra de cerca de um quarto das publicações relidas.

O que dizem os analistas

No campo governista, predomina a atribuição da derrota a fatores externos. Colunistas alinhados ao governo apontam o eleitor, a imprensa e as grandes plataformas digitais, e o presidente do PT não faz autocrítica. Há, contudo, vozes que a pedem. Reynaldo Aragon e Jacqueline Muniz advertem contra transformar o eleitor em réu. Vasques afirma que a esquerda deixou de saber conversar com um país que mudou. Altman sustenta que o governo não enfrentou o discurso sobre o gasto público.

No campo vencedor, a avaliação de si é favorável e concentra-se na forma: Flávio teria acertado ao adotar tom moderado e ao montar uma coalizão ampla; a operação Lava Jato teria sido reabilitada pelo voto; e as pesquisas teriam errado em prejuízo da direita. Mario Sabino, no Metrôpoles, destoa do tom de triunfo: para ele, não houve onda, e sim voto útil. Fora dos dois campos, Renan Santos dirige aos dois finalistas a mesma acusação e não apoia nenhum.

Tese da IPSE: a crítica que os dados autorizam

A IPSE adota neste documento uma posição de neutralidade analítica, o que não significa abster-se de crítica, e sim dirigi-la a cada campo na medida em que os dados a sustentam.

Ao campo do governo e da esquerda. Os dados sustentam quatro críticas. Primeira: esse campo explicou a derrota por características do eleitor, como a região em que vive e os costumes que adota, o que desloca a responsabilidade e tende a afastar quem se pretenderia reconquistar. Segunda: tratou o esquecimento do período de 2019 a 2022 como defeito de quem vota, e não como falha de quem deveria ter convertido aquele período em argumento. Terceira: quase não falou do que o governo fez. Quarta: fez do medo do

retrocesso, que responde por 70% do que diz sobre mudança, seu argumento principal, deixando ao adversário a promessa de futuro. A autocritica existe em alguns colunistas, mas é residual no debate do próprio campo: a hipótese de governo fraco aparece em 5,1% de suas explicações.

Ao campo bolsonarista e da direita. Os dados sustentam igualmente quatro críticas. Primeira: esse campo negou os episódios do governo anterior em vez de responder a eles, o que deixa sem esclarecimento questões de interesse público. Segunda: contestou pesquisas e instituições mesmo tendo vencido, o que sugere que a desconfiança institucional é, nesse campo, uma disposição permanente, e não reação a um resultado adverso. Terceira: reduziu a ideia de mudança à remoção do adversário, sem programa nem realização que a descreva. Quarta: trata a nova maioria no Senado, em parte, como instrumento contra o Supremo Tribunal Federal.

Sobre as pesquisas, cabe uma observação. A alegação de que os institutos erraram em prejuízo da direita é a terceira explicação mais usada pelo campo de Flávio (13,7%). O balanço de Felipe Nunes sustenta o contrário quanto à eleição presidencial: a última pesquisa da Quaest registrava Flávio com 47% e captava a migração dos votos da direita. Ele reconhece desvios em disputas estaduais, como a do Paraná, decidida no primeiro turno quando se previa o segundo, e a do Rio de Janeiro, em que a intensidade de um crescimento não foi captada. José Dirceu, do campo oposto, também afirma que as pesquisas presidenciais não erraram desta vez. A persistência da acusação, apesar disso, reforça a leitura de que a desconfiança nas instituições de aferição é, nesse campo, uma disposição estável.

O que nenhum dos dois campos diz. A tabela revela que as contas comuns explicam o resultado de maneira diferente dos dois campos. Economia e governo fraco, somados, ultrapassam um terço do que elas dizem; nos campos, ficam em torno de um décimo. Há, portanto, uma distância entre os termos em que os grupos politicamente organizados discutem a eleição e os termos em que as pessoas sem filiação aparente a explicam. Essa distância é, para a IPSE, o achado de maior consequência prática deste estudo.

INFOGRÁFICO 11 DE 12

A crítica que os dados autorizam a cada campo

Neutralidade analítica: a cada lado, o que a evidência sustenta

Governo e esquerda

Quatro críticas

1. Explicou a derrota por defeitos do eleitor. 2. Tratou o esquecimento como falha de quem vota. 3. Quase não falou do que o governo fez. 4. Fez do medo do retrocesso o argumento central.

Bolsonarismo e direita

Quatro críticas

1. Negou os episódios de 2019 a 2022. 2. Contestou pesquisas e instituições ao vencer. 3. Reduziu a mudança a remover o adversário. 4. Vê o Senado como instrumento contra o Supremo.

Síntese da IPSE Global a partir dos dados da Orikom e da varredura do debate público.

11. O QUE DECIDE O SEGUNDO TURNO

Desde a redemocratização, nenhum candidato que chegou em segundo lugar no primeiro turno venceu a eleição presidencial no segundo. A votação decisiva ocorrerá em 25 de outubro. Esta seção examina o que permanece em aberto e que elementos merecem acompanhamento.

O que dizem os analistas

O ponto de partida é aritmético. Segundo o Valor Econômico, Lula precisaria obter 63% dos cerca de 9 milhões de votos dados aos candidatos eliminados; em 2022, precisava de 19% e obteve 31%. Murilo Hidalgo estima que os votos de Ronaldo Caiado se dividirão na proporção de 70 a 30 em favor de Flávio, e os de Augusto Cury, na de 60 a 40.

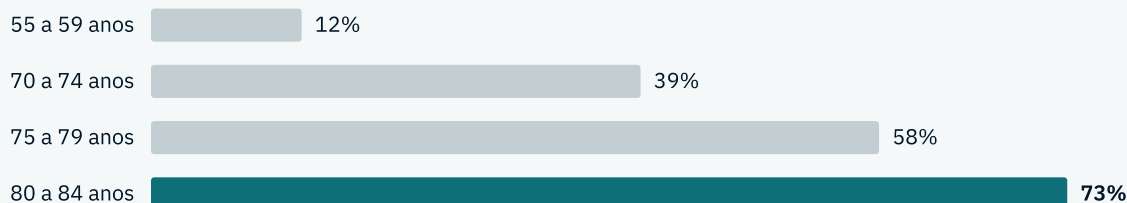
A segunda variável é a abstenção, que atingiu 21,08% do eleitorado. Fernando Mitre a considera a única via disponível para Lula; Maurício Moura julga difícil revertê-la; e os analistas divergem sobre qual candidato ela prejudicou.

Há, porém, uma objeção empírica à centralidade da abstenção, e o levantamento mais detalhado sobre ela é o do analista Filipe Boni, que examinou os boletins das 499.248 seções eleitorais do país e publicou os cálculos em vídeo. Trata-se de um canal engajado na mobilização de eleitores de Lula, o que deve ser levado em conta, mas as contas partem de dados públicos do Tribunal Superior Eleitoral e podem ser refeitas.

O primeiro resultado refere-se ao nível da abstenção. Ela foi de 21,08% em 2026 e de 20,94% em 2022, calculada do mesmo modo. O percentual é o maior desde 1998, mas a variação entre as duas eleições é de pouco mais de um décimo de ponto: a abstenção permaneceu, na prática, estável. O segundo refere-se a quem ela atingiu. Nos estados em que Lula venceu, a abstenção média foi de 20%; naqueles em que Flávio venceu, de 21,5%. No Ceará, onde o presidente teve sua maior votação proporcional, ela foi de 15,5%; em Mato Grosso do Sul, vencido por Flávio, de 23,9%. Não se confirma, portanto, a suposição de que os ausentes seriam sobretudo eleitores do presidente. O terceiro refere-se à composição dos ausentes. Com base no perfil divulgado pelo tribunal para 2022, cerca de um terço deles tem voto facultativo, por ser maior de 70 anos, menor de 18 ou analfabeto; entre os eleitores obrigados a votar, faltam 16%, e entre os não obrigados, cerca de metade. A ausência cresce acentuadamente com a idade, de 12% na faixa de 55 a 59 anos para 39% na de 70 a 74 e 73% na de 80 a 84. O cadastro inclui, ademais, eleitores que mudaram de cidade ou faleceram.

A ausência cresce com a idade, onde o voto é facultativo

Eleitores que não compareceram, por faixa etária, em % (perfil de 2022)

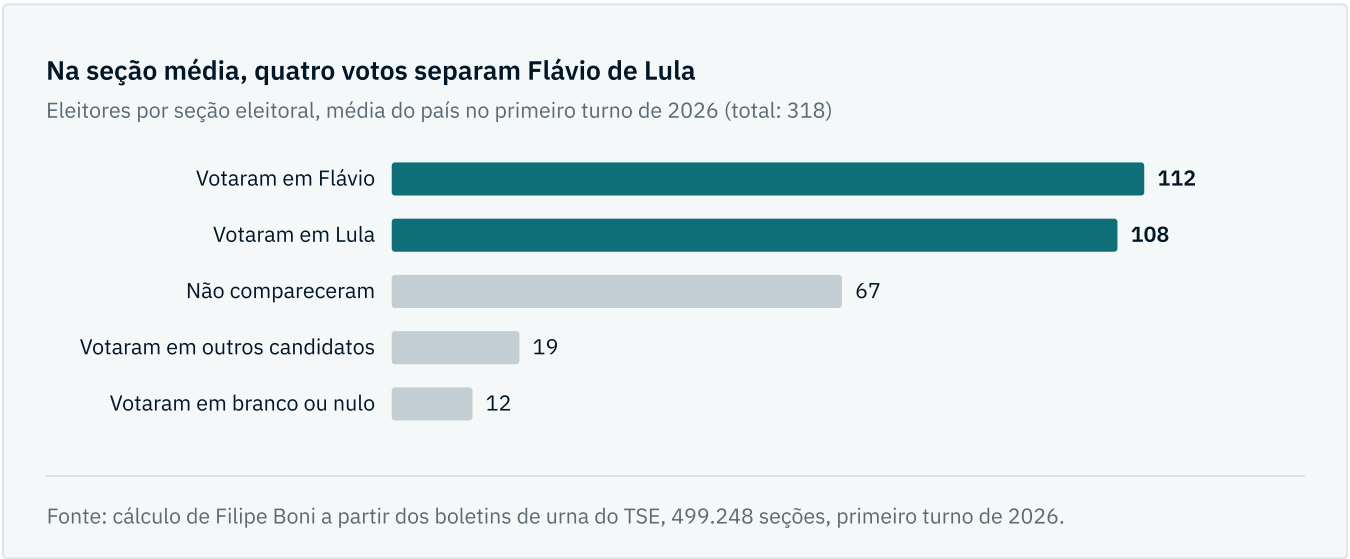


Fonte: cálculo de Filipe Boni a partir do perfil dos ausentes divulgado pelo TSE para 2022.

A conclusão de Boni coincide com a de Marco Faganello e com a de Felipe Nunes: o voto que faltou a Lula não ficou em casa, mudou de candidato. Nos mesmos municípios, o presidente teve 3,4 milhões de votos a menos que em 2022, e a direita, 5 milhões a mais. Em 713 municípios, a vitória passou de Lula para Flávio;

em nenhum ocorreu o inverso. Sete em cada dez votos perdidos concentram-se em quatro estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Faganello acrescenta que, na comparação entre municípios do mesmo estado, Lula não perdeu mais onde a abstenção subiu do que onde caiu.

A eleição na escala de uma seção eleitoral. Boni propõe uma forma de visualizar a margem que ajuda a dimensionar o segundo turno. Dividido o eleitorado pelo número de seções, a seção média do país tem 318 eleitores. Nela, 112 votaram em Flávio, 108 em Lula, 19 em outros candidatos, 12 em branco ou nulo, e 67 não compareceram. A diferença entre os dois primeiros é de 4,5 votos por seção. Como cada eleitor que troca de candidato reduz a diferença em dois votos, bastariam pouco mais de dois eleitores por seção para igualar a disputa. O número é quase idêntico ao do segundo turno de 2022, quando Lula venceu por 4,5 votos por seção. Naquela eleição, entre o primeiro e o segundo turno, Lula ganhou cerca de 3 milhões de votos e Bolsonaro, cerca de 7 milhões, e 253 municípios mudaram de vencedor, o que mostra que a vantagem do primeiro colocado pode reduzir-se muito em três semanas, ainda que nunca tenha sido revertida. Boni registra também quem voltou a votar no segundo turno de 2022: 614 mil eleitores com mais de 70 anos que haviam faltado no primeiro compareceram no segundo, enquanto, entre os jovens de 18 a 29 anos, a ausência aumentou em 314 mil.



O argumento de Boni sobre como virar votos. Das contas, Boni extrai uma proposta de método, que interessa a este documento por contrastar com a estratégia de comunicação de massa discutida pelos demais analistas. Seu ponto de partida é que a convocação genérica ao voto não funciona, porque se dirige a dezenas de milhões de pessoas ao mesmo tempo e não alcança nenhuma em particular. A unidade relevante seria a seção eleitoral, onde a diferença é de quatro ou cinco votos e os eleitores são vizinhos, parentes e colegas, conhecidos pelo nome. O trabalho de convencimento caberia, por isso, a quem convive com o eleitor, e não ao candidato, à propaganda ou às redes. Ele distingue quatro perfis e indica a abordagem adequada a cada um. O eleitor com mais de 70 anos, cujo obstáculo é prático, precisa de alguém que o acompanhe e de informação: quem faltou ao primeiro turno pode votar no segundo, e o transporte público é gratuito no dia da eleição. O eleitor que anulou o voto não deve ser abordado com a defesa de um candidato, mas com a pergunta sobre quem escolheria se tivesse de escolher, e com o argumento de que, ao anular, deixa que os demais decidam por ele. O eleitor dos candidatos eliminados já demonstrou que vota e que se informa, e decidirá nas próximas semanas. O eleitor que votou em Lula em 2022 e mudou de voto é o mais difícil e o mais valioso; a ele não se pede que se torne outra pessoa, mas

que repita uma escolha que já fez. Boni recomenda evitar a discussão em grupos de família, que a seu ver não muda votos, e sugere mostrar ao interlocutor o boletim da própria seção, para que a diferença deixe de ser um número abstrato.

QUADRO DE APOIO · SEÇÃO 11

Como virar votos: quatro perfis, quatro abordagens

Proposta de Filipe Boni: a conversa cabe a quem convive com o eleitor

Mais de 70 anos

O obstáculo é prático

Precisa de companhia e de informação: quem faltou pode votar no segundo turno; o transporte é gratuito.

Anulou o voto

Não defender candidato

Perguntar em quem votaria se tivesse de escolher; ao anular, deixa que os outros decidam por ele.

Cury e Renan

Eleitor dos candidatos eliminados

Já mostrou que vota e que se informa; decidirá nas próximas três semanas.

Mudou de voto

Votou em Lula em 2022

O mais difícil e o mais valioso: pede-se que repita uma escolha que já fez, e não que se torne outra pessoa.

Síntese da proposta de Filipe Boni, vídeo de 5 de outubro de 2026.

A IPSE observa que essa proposta é coerente com as teses interpretativas deste documento em dois aspectos. Ela trata o eleitor como alguém que decide, e não como alguém a ser corrigido ou repreendido, o que corresponde ao que a Tese 10 descreve como o desejo de autoria. E desloca a persuasão do discurso institucional, alvo da desconfiança registrada na Tese 7, para a relação pessoal, que o estudo qualitativo de 2025 identificava como a fonte mais sólida de confiança. Seu limite é de conteúdo: o método indica com quem falar e em que tom, mas não o que dizer ao eleitor que mudou de voto por insatisfação material, questão de que tratam as Teses 5 e 9.

Quanto à estratégia, Vasques sustenta que o centro da disputa será a comparação de rejeições, com o presidente apresentando-se como alternativa ao caos, combinada à fórmula da continuidade sem continuísmo. Ele descarta a radicalização do discurso, que a seu ver favorece a extrema direita. Marcelo Godoy, em O Estado de S. Paulo, considera o debate entre os candidatos a única oportunidade de Lula, e registra que Flávio foi aconselhado a evitá-lo. Jairo Nicolau aponta o voto feminino, em que Flávio tem pior desempenho, como o terreno decisivo. No Calma Urgente, propõem-se três argumentos contra o candidato do PL: falta de confiabilidade, subordinação aos Estados Unidos e ausência de realizações.

Nos canais de direita, o segundo turno é dado como encaminhado, salvo fato novo; Sabino pondera que declarações de Eduardo Bolsonaro podem prejudicar a campanha. Sobre o período posterior, Miriam Leitão observa que o Congresso eleito é mais hostil a Lula e daria a Flávio maioria ampla, o que representa dificuldade de governar num caso e concentração de poder no outro.

No campo governista, a formulação mais detalhada de estratégia é a de José Dirceu, na entrevista ao Opera Mundi. Ele considera a eleição empatada e defende quatro medidas: tratar São Paulo como prioritário, com recursos e com a presença de aliados de perfil moderado no interior; concentrar esforços em Minas Gerais, no Pará, no Amazonas e no Maranhão; reconquistar a classe média paulista, que descreve como liberal e contrária tanto ao PT quanto ao bolsonarismo; e fazer com que Lula diga com clareza o que pretende para o

país em matéria de industrialização, tributos e ajuste das contas públicas, em diálogo com o empresariado. Dirceu atribui peso ao debate entre os candidatos e à propaganda de televisão, agora com tempo igual, e defende que a campanha exponha as posições de Flávio sobre salário mínimo, previdência e privatizações, que o candidato teria evitado explicitar.

No extremo oposto está o prognóstico de Alberto Carlos Almeida. Ele estima em cerca de 2% a probabilidade de Lula ultrapassar Flávio Bolsonaro até 25 de outubro e prevê que o segundo turno confirmará o primeiro, porque o desejo de mudança teria derrotado o desejo de continuidade e a avaliação do governo não se altera em três semanas. Observa ainda que, se eleito, Flávio será o primeiro presidente desde o fim da ditadura militar cujo partido terá mais de 20% das cadeiras da Câmara e 35% das do Senado. A IPSE registra o prognóstico como a posição mais pessimista para o presidente entre as examinadas e nota que ele se apoia na regularidade histórica das avaliações de governo, e não em medição do comportamento dos eleitores que mudaram de voto, que é o grupo de que tratam as contas apresentadas adiante.

Entre o prognóstico de Almeida e a estratégia de Dirceu situa-se a conta de Pedro Doria, para quem Flávio precisa somar e Lula precisa recuperar. Os votos de Ronaldo Caiado, Renan Santos e Romeu Zema, cerca de 5,5 milhões, estão à direita do presidente, e o precedente de 2022 indica que o eleitor da terceira via, quando a disputa se fecha, tende a migrar para a direita. Os de Augusto Cury favorecem Lula por 56 a 28, segundo pesquisa do Meio com o instituto Ideia, o que lhe renderia cerca de 1 milhão de votos líquidos, menos da metade da diferença. O restante teria de vir dos eleitores que o presidente perdeu: ele reteve 93% dos que votaram nele em 2022, e os 7% restantes, cerca de 3,5 milhões de pessoas, foram diretamente para Flávio; como cada retorno conta duas vezes, bastaria que um em cada três voltasse para igualar a disputa. Doria aponta como riscos de Flávio o eleitorado católico, depois de um atrito com a conferência dos bispos, e o fraco crescimento em seu próprio estado. Para Lula, o teste seria falar com o eleitor que perdeu sem paternalismo: a campanha teria percebido o problema tarde, ao revogar a taxa sobre as compras importadas e liberar crédito a motoristas de aplicativo em setembro, e não é com o Bolsa Família que se alcança esse eleitor, para quem o programa é o mínimo, e não uma conquista.

O que os dados da Orikom mostram

O modelo CCFE permite descrever a imagem com que cada finalista chega ao segundo turno. Recorde-se que ele mede, de -3 a +3, a confiança, a coragem e a força atribuídas a um ator, e que a esperança só se configura quando os três valores são positivos.

No eixo da confiança, os dois candidatos têm valores negativos e praticamente iguais, com -0,36 para Lula. Nenhum dos dois reúne os três eixos positivos: nenhum é objeto de esperança no debate medido.

O resultado das urnas alterou a coragem e a força, mas não a confiança. A coragem atribuída a Flávio havia caído a -0,61 na semana do debate cancelado, o pior valor registrado no painel, e subiu a 0,17 depois do voto; a força passou de 0,18 a 0,57. O relatório da IPSE sobre o debate havia documentado que a desistência de comparecer lhe custara a imagem de coragem; a vitória parcial a restituiu. Lula recuperou coragem (0,15) e perdeu força (0,32).

Entre as contas comuns, a avaliação é desfavorável aos dois, mas em graus distintos: Flávio é avaliado negativamente em 81,5% das interações que o citam, e Lula, em 57,3%.

Entre as contas comuns, os dois finalistas são mal avaliados

Avaliação negativa, em % das interações de contas comuns que citam cada candidato



Fonte: Orikom, releitura por perguntas fechadas, 4 e 5 de outubro de 2026. Subamostra de contas comuns.

Dois registros adicionais dizem respeito à mobilização. O apelo ao voto útil dirigido aos eleitores dos candidatos eliminados está entre as publicações de maior alcance do período. E, entre os registros de ação política, quatro em cada cinco são convocações eleitorais. Os mais de 33 milhões de eleitores que não compareceram são mencionados pelos dois campos, mas, no material analisado, ninguém se dirige a eles.

Tese da IPSE

A IPSE sustenta que o segundo turno não será decidido pela mobilização genérica dos que não votaram, e sim por três contingentes delimitados. O primeiro, e mais importante, é o dos eleitores que votaram em Lula em 2022 e escolheram outro candidato em 2026: são cerca de sete por seção eleitoral, número superior à diferença entre os dois finalistas, e cada um que retorna reduz a diferença em dois votos. O segundo é o dos cerca de 9 milhões que votaram em candidatos eliminados, cujos líderes não declararam apoio. O terceiro é o dos eleitores idosos de voto facultativo, grupo em que a ausência é mais alta, em que o presidente tinha vantagem nas pesquisas e que, em 2022, foi o que mais retornou às urnas no segundo turno. A abstenção em geral, por ter ficado estável e por não ter atingido mais um campo do que o outro, não explica o resultado do primeiro turno e dificilmente decidirá o segundo.

INFOGRÁFICO 12 DE 12

O que decide o segundo turno

Três grupos delimitados, e não a mobilização genérica de quem não votou

7 por seção

Votaram em Lula em 2022

e mudaram de voto. É mais que a diferença de 4,5 por seção; cada retorno vale dois votos.

9 milhões

Candidatos eliminados

Eleitores de nomes que não declararam apoio a ninguém.

614 mil

Idosos de voto facultativo

com mais de 70 anos voltaram às urnas no segundo turno de 2022.

Fontes: cálculos de Filipe Boni a partir dos boletins de urna do TSE; TSE, perfil dos ausentes de 2022.

Os dados sustentam em parte a estratégia descrita por Vasques e indicam o seu ponto frágil. A comparação de rejeições já foi a aposta do primeiro turno, sob a forma da memória do governo anterior e do medo do retrocesso, e não bastou. O que não foi tentado é precisamente o que quase não existe no debate: apresentar o governo pelo que fez e dirigir-se às pessoas comuns nos termos em que elas próprias

explicam o voto, que são o custo de vida e a percepção de governo fraco. Para o candidato do PL, a fragilidade correspondente é a avaliação muito negativa entre as contas comuns, que indica uma vantagem eleitoral apoiada na rejeição ao adversário, e não na adesão à sua pessoa.

As teses interpretativas permitem especificar o que seria, para o campo governista, uma mudança de abordagem, e não apenas de intensidade. Três deslocamentos decorrem delas. O primeiro é deixar de falar como guardião do sistema e reconhecer a insatisfação com instituições que funcionam mal, apresentando a democracia pelo que ela protege na vida cotidiana, como recomendava o estudo qualitativo de 2025. O segundo é oferecer um horizonte de realização, e não somente de proteção, dirigido a quem trabalha por conta própria e a quem quer mais tempo e mais renda. O terceiro é atribuir às pessoas a autoria de sua melhora de vida, reservando ao governo o papel de quem criou as condições. A IPSE não afirma que esses deslocamentos sejam viáveis em três semanas, nem que bastem para alterar o resultado; afirma que são os que decorrem do diagnóstico.

Indicadores a acompanhar até 25 de outubro. A IPSE acompanhará quatro indicadores: se o tema econômico passa a integrar o debate, e pela voz de quem; se a região continua a ser usada como acusação recíproca; se a crítica ao Judiciário se intensifica com a perspectiva da nova composição do Senado; e se a confiança atribuída a algum dos dois candidatos se torna positiva.

FONTES E MÉTODO

Esta seção detalha as fontes já apresentadas na abertura do documento. Os dados próprios da IPSE provêm de três conjuntos de medições da plataforma Orikom. As explicações de terceiros com que o documento dialoga foram colhidas em textos de imprensa e em programas de vídeo publicados entre a noite de 4 e a tarde de 5 de outubro de 2026.

Dados da Orikom

- **Painel do primeiro turno.** 73 gráficos sobre as publicações que tratam do resultado desde 4 de outubro, em redes sociais, portais e anúncios, cada uma lida por 19 modelos de análise do discurso. A base analítica cobria cerca de um terço do alcance da noite da apuração quando foi medida.
- **Releitura por perguntas fechadas.** 4.889 publicações de maior alcance, com 14,95 milhões de interações, das 17h de 4 de outubro à tarde de 5 de outubro, relidas quanto a campo, reação, explicação do resultado, memória de 2019 a 2022, mudança, sistema, entrega e valores. A maior parte é do X. Todos os percentuais são ponderados por interações.
- **Relatórios anteriores da IPSE.** O debate da TV Globo cancelado (2 de outubro), a polêmica da padroeira e a proibição das apostas (setembro).

Imprensa

Dossiê de fatos e varredura de cerca de 120 textos de análise e opinião em Folha de S.Paulo, O Globo, Valor, Estadão, g1, CNN Brasil, Poder360, Veja, BBC, Piauí, UOL e Brasil 247. Os textos de acesso pago mais relevantes foram lidos na íntegra por meio de um serviço de leitura; a coluna de Bruno Carazza no Valor Econômico só pôde ser lida na introdução, e outros textos permanecem lidos apenas no primeiro parágrafo.

Análise eleitoral por município

Série de publicações de Marco Faganello na rede X, de 5 de outubro de 2026, que cruza o resultado preliminar do TSE nos municípios com o Censo de 2022 e o produto interno bruto municipal, por meio de regressão com 5.528 municípios, controle por estado e pelo voto de 2022. O próprio autor registra que se trata de associação entre municípios, que não revela o comportamento de cada eleitor.

Vídeos transcritos

CANAL	PROGRAMA	QUEM FALA
Opera Mundi	20 Minutos: análise do primeiro turno	Beto Vasques, com Breno Altman
Band Jornalismo	Canal Livre	Fernando Mitre, Fernando Schüller, Maurício Moura, Murilo Hidalgo
CNN Brasil	WW: voto útil e terceira via e disputas estaduais	William Waack e convidados
Gazeta do Povo	Cobertura e análise do resultado	Comentaristas do canal
Jovem Pan News	Flávio e Lula no segundo turno	Comentaristas do canal
Metrópoles	O grande derrotado é o STF	Sabino
CNN Brasil	Valdemar Costa Neto sobre o PL	Valdemar Costa Neto
Calma Urgente	Eleições ao vivo	Apresentadores do canal
Poder360	Live de Renan Santos	Renan Santos
UOL	Daniela Lima , Josias de Souza e Toledo	Colunistas do UOL

As transcrições são legendas automáticas, sem identificação de quem fala; parte das atribuições foi inferida pelo contexto.

Dois programas foram acrescentados depois da primeira versão e lidos por meio da transcrição automática: a entrevista de José Dirceu a Breno Altman no programa 20 Minutos, do Opera Mundi, e a edição do Pulso Político, do UOL, com Daniela Lima e João Paulo Charleaux, ambos de 5 de outubro de 2026. Da entrevista de Dirceu, o trecho final foi lido apenas nas perguntas e no início das respostas.

As contas sobre abstenção e sobre a margem por seção eleitoral provêm do vídeo em que Filipe Boni analisa os boletins das 499.248 seções, publicado em 5 de outubro de 2026 e lido por transcrição automática. Os percentuais de abstenção por idade e por tipo de voto referem-se a 2022, último ano para o qual o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o perfil dos ausentes.

A análise por local de votação e a conta do segundo turno atribuídas a Pedro Doria provêm do programa Ponto de Partida, do canal Meio, lido por transcrição automática. Os cálculos, a pesquisa Meio/Ideia e as estimativas por religião e por renda são do programa e não foram refeitos pela IPSE.

O que falta

- A coluna de Bruno Carazza no Valor Econômico e outros textos de acesso pago que só puderam ser lidos em parte.
- Podcasts e canais que não estão na base nem puderam ser transcritos: Meio, ICL, Foro de Teresina, TV 247.
- Pesquisa por sexo, idade, renda e religião: nenhuma boca de urna foi encontrada.
- A primeira pesquisa de segundo turno, prevista para 8 de outubro.

COORDENAÇÃO DESTA SISTEMATIZAÇÃO



Leonardo Magalhães

Fundador e Diretor Executivo da IPSE Global

Doutor em Comunicação Social pela PUC-Rio, com formação em Comunicação Política e Ciência de Dados. Especialista em opinião pública, inovação em pesquisa, campanhas eleitorais e pesquisa aplicada à incidência em comunicação política.

leonardo.magalhaes@ipse.global · linkedin.com/in/leonardomagallanesfirmino

IPSE GLOBAL · ORIKOM

A IPSE Global (Inteligência em Pesquisa Social e Estratégica) realiza estudos de opinião pública, comportamento político-eleitoral e comunicação pública, com métodos qualitativos e quantitativos. A Orikom é a sua plataforma de inteligência social, que acompanha o debate público em redes sociais, imprensa e anúncios políticos.

CONTATO

ipse.global
orikom.ipse.global
leonardo.magalhaes@ipse.global

DOCUMENTO ELABORADO PELA IPSE GLOBAL EM 6 DE OUTUBRO DE 2026